Universidade de Brasília - UnB

Faculdade UnB Planaltina - FUP

Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPG- MADER

Robson Santos da Silva

Matrícula: 241126802

Entre a pesca e o defeso: um estudo de caso sobre a renda dos pescadores de Luciara, Mato Grosso

Orientador: Reinaldo José de Miranda Filho
Coorientador: Tamiel Khan Baiocchi Jacobson

Planaltina-DF

2026

Robson Santos da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr Reinaldo José de Miranda Filho

Coorientador: Dr. Tamiel Khan Baiocchi Jacobson

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Rural Sustentável e Sociobiodiversidade

Banca Avaliadora

Prof. Dr. Reinaldo José de Miranda Filho

(Presidente da Banca - PPG-MADER, Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Mario Lucio de Ávila

(Avaliador Interno - PPG-MADER, Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira

(Avaliador Externo - UNEB, Universidade do Estado da Bahia)

Prof. Dr. Ludgero Cardoso Galli Vieira

(Avaliador Suplente - Membro Interno - PPGCA, Universidade de Brasília)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santos da Silva, Robson
SS237e Entre a pesca e o defeso: um estudo de caso sobre a renda dos pescadores de Luciara, Mato Grosso / Robson Santos da Silva; orientador Reinaldo José de Miranda Filho; co-orientador Tamiel Khan Baiocchi Jacobson. Brasília, 2026.
80 p.

Dissertação(Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) Universidade de Brasília, 2026.

1. Pesca artesanal. 2. Pesca esportiva. 3. Rio Araguaia. 4. Políticas Públicas. 5. Diversificação de renda. I. José de Miranda Filho, Reinaldo, orient. II. Khan Baiocchi Jacobson, Tamiel, co-orient. III. Título.

Agradecimentos

Nesse primeiro momento quero agradecer a Deus, por ter me dado mais essa oportunidade de alcançar mais um objetivo na minha vida, durante esses dois anos de mestrado tive que realizar um procedimento cirúrgico às pressas, para dar continuidade aos meus estudos e futuras conquistas.

Aos meus pais, Valdirene dos Santos Silva e Evandro Rodrigues da Silva, e ao meu irmão, Rômulo Santos da Silva, que, mesmo à distância, sempre estiveram presentes em minha caminhada, oferecendo apoio, incentivo e carinho tanto nos momentos difíceis quanto nas conquistas.

Também quero agradecer à minha namorada, Diana Dayara, que desde o início esteve ao meu lado, me incentivando e motivando a ingressar no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER).

Aos meus padrinhos, Claudia Mota e Jerônimo Rocha, por me darem a oportunidade de vir para Brasília e por abrirem as portas de sua casa para que eu pudesse estudar na Universidade de Brasília. Sou profundamente grato pelo apoio e pela confiança nesse momento tão importante da minha trajetória.

Aos professores Reinaldo José de Miranda Filho e Tamiel Khan Baiocchi Jacobson , agradeço por aceitarem o desafio de me orientar nesta dissertação. Sou grato pelas orientações, pelo apoio e pela oportunidade de aprendizado ao longo desse processo, que foram de grande importância para a construção e realização deste trabalho.

Aproveito também para agradecer ao doutorando Yan Dutra de Souza, que foi uma grande inspiração para que eu ingressasse no PPG-MADER e ao longo de toda a minha caminhada dentro do programa. Esta dissertação teve início a partir de uma conversa minha com Yan no nosso ambiente de trabalho, quando dialogamos sobre políticas públicas. Suas observações, apontamentos e sugestões foram fundamentais para o desenvolvimento do meu pré-projeto de pesquisa e para o meu ingresso no programa. Ao longo dessa trajetória, seu apoio e incentivo estiveram presentes em todas as etapas, sempre me tranquilizando e motivando nos momentos mais desafiadores que enfrentei durante o período do mestrado. Também quero agradecer a equipe do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília (Cegafi-UnB).

Agradeço também aos membros da banca de qualificação e defesa pela disponibilidade, pelas contribuições e pelos apontamentos e observações que enriqueceram esta dissertação: ao Prof. Dr. Mario Ávila, Prof. Dr. Ticiano Oliveira e ao Prof. Dr. Ludgero Vieira. Suas sugestões e reflexões foram fundamentais para o aprimoramento desta

dissertação.

Deixo meus agradecimentos à Universidade de Brasília, ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) da Faculdade UnB de Planaltina (FUP), aos editais PROAP/PPG-MADER n/º 004/2024 e 004/2025, aos colegas de mestrado e aos professores.

Gostaria de agradecer a todos os pescadores e pescadoras entrevistados(as) do município de Luciara - MT, que foram essenciais para realização desta pesquisa. Agradeço pela atenção e pela disponibilidade de cada um que dedicou um tempo para conversar comigo, compartilhando suas histórias, experiências e conhecimentos. A generosidade e a disposição em contribuir foram essenciais para a construção desta dissertação. Obrigado!. Aproveito para ressaltar que tenho muito orgulho de ser filho de pescador.

Por fim, quero agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento desta pesquisa. Esse auxílio chegou no momento em que eu mais precisava, além de me dar a disponibilidade de deslocamento até o município de Luciara-MT para realizar as entrevistas com os pescadores. Muito obrigado!

Resumo

No Município de Luciara, localizado no Mato Grosso, às margens do Rio Araguaia, a pesca pulsa como o coração das famílias ribeirinhas, mostrando sua tradição, identidade cultural e o seu sustento. Essa dissertação mergulha nos desafios econômicos dos pescadores analisando as mudanças na renda durante o período da pesca ativa (março a setembro) e durante o seguro-defeso (outubro a fevereiro). Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 19 pescadores em dezembro de 2025, usando a metodologia de amostragem bola de neve e análise de conteúdo. Os resultados revelaram que, na alta temporada da pesca ativa, os ganhos semanais chegam a aproximadamente R$ 2.500,00 com a pesca esportiva (modalidade conhecida como pesque e solte), a qual é impulsionada pelo turismo e que, durante o período de defeso, a média mensal cai para um salário mínimo. Logo, surge a necessidade dos pescadores diversificarem a renda com outras atividades, como: carpintaria, criação extensiva de gado ou extrativismo de frutos do Cerrado. No entanto, mesmo com outras rendas, as pessoas entrevistadas declararam que ainda enfrentam dificuldades para cobrir suas despesas. Uma vez que, 42,1% dos participantes avaliaram os atrasos no pagamento do seguro-defeso como um ponto negativo ou neutro do programa. O desconhecimento de outros programas governamentais, a demanda por infraestrutura na colônia de pescadores do município e a capacitação para jovens, aparecem como sugestões que dialogam diretamente com a linha de pesquisa Desenvolvimento Rural Sustentável do PPG-MADER/UnB. Assim, esta pesquisa contribui para políticas que equilibram a conservação ambiental e reprodução social, ao valorizar o saber tradicional e propor manejo integrado à pesca no município de Luciara.

Palavras chaves: Pesca artesanal; Pesca esportiva; Rio Araguaia; Políticas Públicas; diversificação de renda.

ABSTRACT

In the municipality of Luciara, located in Mato Grosso, on the banks of the Araguaia River, fishing is the lifeblood of riverside families, showcasing their tradition, cultural identity, and livelihood. This dissertation delves into the economic challenges faced by fishermen, analyzing changes in income during the active fishing season (March to October) and during the closed season (November to February). To this end, semi-structured interviews were conducted with 19 fishermen in December 2025, using snowball sampling methodology and content analysis. The results revealed that, during the peak of the active fishing season, weekly earnings reach approximately R$ 2,500.00 from sport fishing (a modality known as catch and release), which is driven by tourism, and that, during the closed season, the monthly average drops to the minimum wage. Therefore, the need arises for fishermen to diversify their income with other activities, such as carpentry, extensive cattle ranching, or the extraction of fruits from the Cerrado. However, even with other incomes, the people interviewed stated that they still face difficulties in covering their expenses. Since 42.1% of the participants evaluated the delays in the payment of the fishing ban insurance as a negative or neutral point of the program. The lack of knowledge of other government programs, the demand for infrastructure in the fishing community of the municipality, and training for young people appear as suggestions that directly dialogue with the Sustainable Rural Development research line of the PPG-MADER/UnB. Thus, this research contributes to policies that balance environmental conservation and social reproduction, by valuing traditional knowledge and proposing integrated fisheries management in the municipality of Luciara.

Keywords: Artisanal fishing; Sport fishing; Araguaia River; Public Policies; income diversification.

Lista de Siglas

Cegafi-UnB	Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FUP	Faculdade UnB Planaltina
CEPESCA	Conselho Estadual de Pesca do Estado do Mato Grosso
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MT	Mato Grosso
OTN	Obrigações do Tesouro Nacional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPA	Plano Nacional das Pescas Amadora e Esportiva
PPG-MADER	Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SDPA	Seguro Desemprego do Pescador Artesanal
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Município de Luciara, MT..... 12

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nível de escolaridade..... 34
Gráfico 2 - Principal provedor de renda da família..... 35
Gráfico 3 - Média de ganho por semana..... 36
Gráfico 4 - Qual mês a pesca proporciona maior ganho para o pescador..... 36
Gráfico 5 - A principal fonte de renda vem de qual modalidade..... 37
Gráfico 6 - Espécie de peixes mais procurados pelos turistas na região..... 38
Gráfico 7 - Durante o período do seguro , sua renda mensal diminui..... 40
Gráfico 8 - Média do salário dos pescadores..... 41
Gráfico 9 - Recebe o seguro-defeso..... 42
Gráfico 10 - Durante o defeso, você realizar alguma atividade complementar..... 43
Gráfico 11 - Quais as atividades realizadas para complementar a renda..... 44
Gráfico 12 - Quais são os frutos coletados do cerrado..... 45
Gráfico 13 - Como essas atividades extras influenciam sua renda no defeso..... 46
Gráfico 14 - Você conhece algum outro programa do governo voltado para a pesca..... 47
Gráfico 15 - Como você avalia o impacto do seguro-defeso na sua qualidade de vida..... 48
Gráfico 16 - Pesca esportiva contribui para a conservação do Rio Araguaia..... 50
Gráfico 17 - Nível de importância da pesca esportiva na sua vida..... 52
Gráfico 18 - Existem problemas ou desafios relacionados ao turismo de pesca..... 54
Gráfico 19 - Nível de sustentabilidade atual da pesca esportiva em Luciara..... 55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sugestão para melhorar a renda durante o período de defeso..... 48
Tabela 2 - A pesca esportiva gera renda ou emprego em Luciara..... 53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Frutos do cerrado em Luciara - MT..... 32
Quadro 2 - Perfil dos entrevistados..... 33
Quadro 3 - Descrição das espécie..... 38

Sumário

1. Introdução.....11
1.1. Introdução em relação ao tema, ao problema e problemática de pesquisa..... 11
2. Justificativa:..... 14
3. Objetivos geral.....15
3.1 Objetivos Específicos.....15
4. Metodologia..... 16
4.1 Procedimentos de pesquisa e caracterização dos participantes.....17
4.2 Instrumentos de coleta de dados..... 18
5. Referencial Teórico..... 20
5.1. Quem pode realizar a pesca e virar pescador.....23
5.2. Pesca Artesanal..... 24
5.3. Pesca Esportiva..... 27
5.4. Programas e Políticas Públicas voltadas para a Pesca Artesanal.....29
5.5. Atividades Alternativas Durante a Piracema..... 31
6. Resultados.....33
7. Considerações finais.....58
8. Referências.....60
Apêndice I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....71
Apêndice II.....73

Memorial do tema de pesquisa

Eu, Robson Santos da Silva, venho através deste memorial apresentar os aspectos pessoais e profissionais que me levaram a escolher esse tema de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (PPG-MADER/UnB).

Após realizar o meu trabalho de conclusão de curso em Gestão do Agronegócio na Faculdade UnB de Planaltina (FUP), com a temática das políticas públicas voltadas para a alimentação escolar, despertou-me o interesse em investigar um tema ligado à profissão do meu pai: a pesca. Desde os seus 18 anos, em meados de 1987, ele começou a se envolver na pilotagem de embarcações para as caravanas que se dirigiam ao município de Luciara no Mato Grosso – MT. Em 2007, ao obter a carteira de pescador, passou a trabalhar como guia turístico e pescador profissional, carreira que ele continua exercendo até hoje no município.

Com isso, após a conclusão da graduação e com a minha vivência profissional dentro do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (Cegafi-UnB), passei a enxergar de forma mais clara a importância e os desafios enfrentados por quem vive da agricultura, principalmente com foco na produção familiar, despertando a curiosidade de sempre ir além. Nesse período ouvindo falar sobre políticas públicas percebi que as leis, decretos e programas públicos fazem a diferença na vida das pessoas, como a Governança Fundiária, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim, as conversas e aprendizados dentro do Cegafi-UnB me fizeram olhar com carinho para as raízes da minha própria família.

Foi assim que obtive a ideia de analisar e sistematizar o trabalho dos pescadores no Município de Luciara – MT, entre o período de pesca e o período de defeso. Para mim, essa pesquisa é também uma forma de homenagear minha família, que sempre tirou da pesca o sustento. Com essa dissertação espero contribuir para valorizar essa tradição e ajudar a levar conhecimento sobre políticas públicas que realmente possam fazer a diferença na vida de outras pessoas.

Afinal a pesca no município de Luciara vai muito além de uma atividade econômica, a pesca faz parte da identidade e do patrimônio cultural das famílias do município. Com isso, esta dissertação demonstra o meu compromisso pessoal e profissional com a preservação e a valorização desta tradição que tem no município, buscando assim um equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento da região em relação à pesca artesanal.

1. Introdução

A atividade pesqueira é considerada como uma prática realizada diretamente pela ação humana, com intuito de promover a subsistência das famílias pescadoras e deste modo, contribuir para a economia familiar (Caeran *et al.*, 2016). Prysthon *et al.* (2022) salientam que a prática da pesca nos rios possui uma longa história, uma vez que registros da atividade de captura nessas localidades remontam aos primeiros assentamentos humanos. Não sendo coincidência que muitas das primeiras civilizações tenham surgido nas regiões adjacentes aos rios.

Assim, a pesca artesanal apresenta uma relevância econômica e social significativa para as comunidades residentes ao longo da costa brasileira, no qual esta prática se dá pelo baixo rendimento e investimento em capital focando na utilização do pescado para a venda em comércios locais. Apesar disso, apresenta aproximadamente cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) do país (Ishizaki, 2021). Essa porcentagem mostra como diferentes governos no Brasil tem lidado com a pesca ao longo do tempo. Mesmo reconhecendo que a pesca artesanal é importante tanto para economia local quanto para a cultura das comunidades, muitas vezes as políticas públicas acabam priorizando o crescimento da pesca industrial. Ao mesmo tempo, também existem iniciativas voltadas para a proteção e conservação dos recursos pesqueiros, buscando garantir que a atividade continue existindo no futuro (Azevedo; Pierri, 2014).

Nesse contexto, a pesca artesanal não se limita aos números da economia formal, ela representa o modo de vida, redes de solidariedade e vínculos identitários construídos em torno dos rios e mar, garantindo assim o alimento, renda e pertencimento a milhares de famílias que muitas vezes encontram nessa atividade a sua única forma de subsistência. (MPA, 2024).

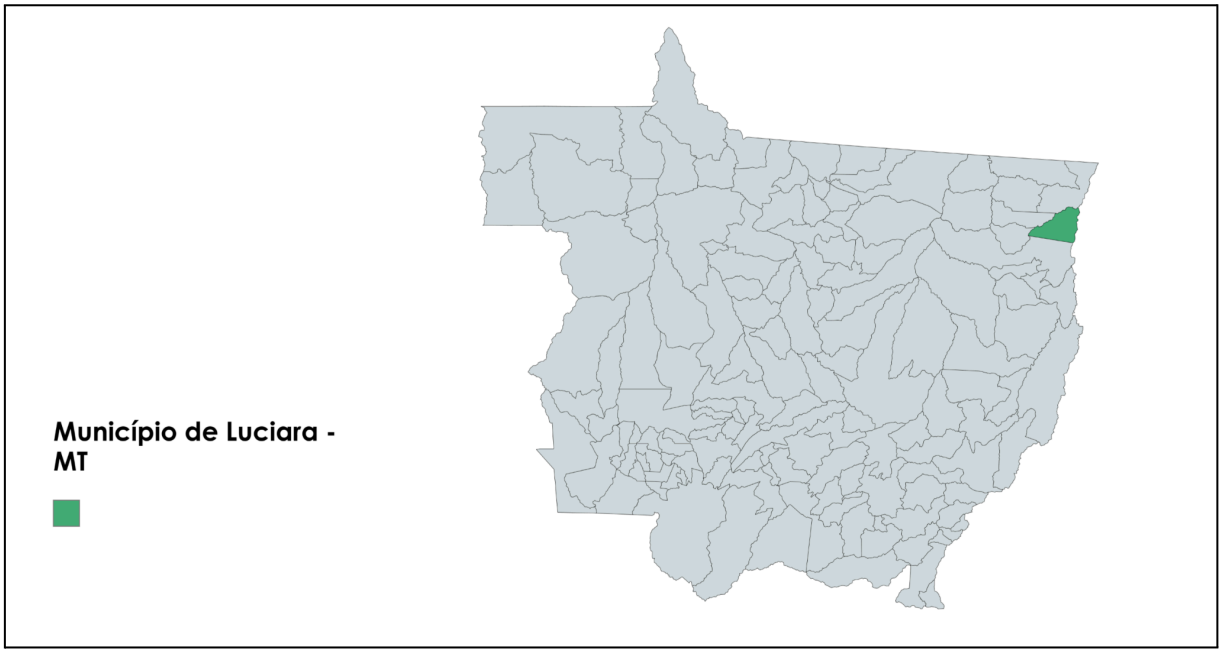
Com isso, a pesca tem características diversificadas, tais como em estoque pesqueiros e técnicas utilizadas para a pesca, desse modo a atividade da pesca abrange uma variedade de usuários, cada um com as suas estratégias e níveis de conhecimentos distintos. Esses usuários exibem comportamentos diversos em relação aos locais de pesca, espécies e interações com os recursos naturais e o ambiente (ICMBio, 2024).

1.1. Introdução em relação ao tema, ao problema e problemática de pesquisa.

Compreendendo a importância da pesca para diferentes localidades brasileiras, esta dissertação tem como recorte geográfico o município de Luciara, Mato Grosso – MT,

representado pela figura 1.

Figura 1 - Município de Luciara, MT.



Fonte: Mapchart, 2026.

A escolha da região se deu pela importância das atividades pesqueiras, onde os habitantes realizam a pesca tanto para subsistência quanto para lazer, por meio da pesca esportiva. A pesca artesanal no município garante a segurança alimentar e nutricional para as famílias que habitam na região, em que depende da pesca para ter seu sustento do dia a dia. Esse tipo de atividade não apenas garante a segurança alimentar, mas também pode garantir a preservação das espécies capturadas, ao promover diversas técnicas de manejo na hora de capturar os peixes e conservação de determinados locais pescados.

O município de Luciara é composto por bacias hidrográficas do Rio Araguaia e de Lagos, no qual é composto por variadas espécies de peixes. A cidade está localizada a nordeste Mato Grossense e no norte do Araguaia, tendo aproximadamente 2.509 habitantes. Sendo que apenas 146 pessoas do sexo masculino e 14 pessoas do sexo feminino são qualificados como trabalhadores da agropecuaria, florestais da caça e da pesca (IBGE, 2024).

A região possui dois períodos distintos para a pesca: o primeiro, quando a atividade é liberada, e o segundo, conhecido como piracema, um período de defeso. No Mato Grosso, o defeso da piracema ocorre entre outubro e fevereiro, conforme determinação do Conselho Estadual de Pesca. Esse intervalo é crucial para a reprodução dos peixes na região. O período de piracema é tipicamente associado ao período chuvoso e à inundação dos rios, ocorrendo

nos meses de defeso. É durante esse período que diversas espécies iniciam sua migração rio acima (Andrello; Lolli; Meira, 2024).

Assim, considerando os aspectos mencionados anteriormente, o objetivo geral desta pesquisa foi **contrastar o impacto da pesca nos dois períodos distintos na região, e comparar o período de pesca e defeso durante o ano.**

Em Luciara, a chegada da pesca esportiva no município trouxe mudanças significativas, que deram mais visibilidade à região e ajudaram a atrair um número maior de turistas. Essa nova realidade também modificou a forma como os pescadores passaram a se organizar para atender às novas demandas. Apesar de a pesca artesanal ter sua origem vinculada ao modo de vida ribeirinho e à subsistência das famílias locais, é notório que, durante a época de pesca, a atividade que mais gera renda é a pesca esportiva. Portanto, para entender a pesca em Luciara, é necessário considerar essas mudanças e as táticas empregadas pelos pescadores para preservar sua reprodução social ao longo do ano. Não se trata de abandono da identidade pesqueira tradicional, mas de um ajuste às condições institucionais, ambientais e econômicas que afetam o território. Portanto, para entender a pesca no município, é necessário considerar essas transformações e como os pescadores buscam garantir a continuidade de suas práticas ao longo do ano.

Logo nesta dissertação, sob a ótica da sustentabilidade econômica, conjunto de práticas que visam o desenvolvimento econômico preservando recursos naturais e garantindo emprego, renda e cobertura de custos sem danos ambientais (Silva *et al*., 2012; Oliveira; Neto, 2013), às perguntas de pesquisa foram: Quais são os efeitos econômicos do período de defeso sobre as famílias que dependem da pesca em Luciara – MT? Como os pescadores de Luciara – MT diversificam seu sustento durante o período de defeso e quais opções utilizam para manter a estabilidade econômica? De que forma o seguro-defeso é importante no período da piracema?

2. Justificativa:

Com essa pesquisa, busca-se mostrar a realidade das famílias que vivem da pesca em Luciara, no estado do Mato Grosso. Ao investigar os impactos econômicos e sociais do período da piracema, em que a pesca é proibida para garantir a reprodução dos peixes. O estudo visa esclarecer os desafios enfrentados por uma população muitas vezes invisibilizada nas políticas públicas.

Nesse contexto, uma contribuição que vale ressaltar, é a valorização do conhecimento e das práticas tradicionais dos pescadores do município. Suas atividades vão além de uma simples captura de peixes, representando assim uma forma de vida, um modo de subsistência e um importante elo com o território, a cultura e a memória das famílias da região. Além disso, a pesquisa colabora com o debate sobre o seguro-defeso, questionando sua efetividade prática e as falhas em sua execução, como atrasos ou até mesmo com exclusões no pagamento, que afetam diretamente a sobrevivência dos pescadores no período em que estão impedidos de executar a sua principal atividade.

Outro ponto de contribuição da pesquisa está na identificação das atividades alternativas que os pescadores encontram durante o período de defeso para sustentar suas famílias. Seja por meio da criação de gado, do extrativismo de frutos do Cerrado ou de outras estratégias, essas iniciativas se mostram fundamentais para complementar a renda e garantir a sobrevivência no período em que a pesca é proibida.

Por fim, ao trazer um olhar atento e afetivo sobre a pesca em Luciara, esta dissertação quer contribuir para um futuro em que desenvolvimento e conservação caminhem juntos, respeitando tanto o tempo da natureza quanto o tempo das pessoas que vivem nela.

3. Objetivos geral

- Avaliar os impactos dos períodos da pesca ativa e defeso no município de Luciara, Mato Grosso.

3.1 Objetivos Específicos

- Analisar as mudanças na renda das famílias de pescadores durante o período de defeso em comparação com o período de pesca ativa.
- Identificar como os pescadores diversificam suas fontes de renda durante o período de defeso para manter a estabilidade econômica.
- Analisar se o seguro do defeso é importante para a estabilidade financeira dos pescadores de Luciara - MT durante a época da piracema.
- Mapear as espécies de peixes mais capturadas pelos pescadores durante o período de pesca ativa em Luciara

4. Metodologia

A presente dissertação foi desenvolvida com uma abordagem qualitativa, comparando dois períodos distintos sobre a pesca em Luciara, Mato Grosso, ressaltando assim sobre o período da pesca ativa e de seguro-defeso. O intuito da coleta dos dados é evidenciar a diferenciação da renda dos pescadores do município, e apresentar as atividades alternativas para complementar seus ganhos e incentivar novas políticas públicas voltadas para os pescadores, além de propor mais estudos pertinentes para a temática.

A escolha pela abordagem qualitativa deu-se pela busca de responder questões particulares e diretas que precisam ser explicadas de forma analítica e descritiva (Oliveira *et al*., 2020). Pois, analisa, observa, descreve e decodifica informações de forma interpretativa frente aos significados dos componentes complexos, ultrapassando a compreensão do contexto em que o fenômeno pesquisado ocorre (Rodrigues; De Oliveira, 2021; Gil, 2011). Desse modo, a pesquisa qualitativa é intrincada, e conversa com a diversidade e adaptabilidade, e está profundamente enraizada em tendências que tem suas origens na filosofia (Flick, 2004).

Os conceitos qualitativos são um desafio para os pesquisadores de distintas áreas. Em que escondem informações, perfis e opiniões que precisam de uma leitura atenta. Como o uso de aparelhos de *software* ou utilização de análise qualitativa, dando a possibilidade de obter informação que possam responder e orientar as análises dos dados quantitativos (Freitasi e Moscarola, 2000; Caldieraro *et al*., 1998).

Quanto aos métodos, a pesquisa realizada é detalhada como descritiva por evidenciar características de uma população ou fenômeno, ou estabelecimento entre as variáveis (Vergara, 2000). Dessa maneira é possível ver vários estudos que podem ser classificados e abordados a esse título, sendo uma das características mais utilizadas e padronizadas para realizar a coleta de dados.

Mattar (1999), acentua que a pesquisa descritiva pode-se alcançar um quantitativo significativo de métodos de coleta de dados compreendendo: entrevistas por telefone, questionários por correios, entrevistas pessoais e questionários pessoais. Nesta pesquisa foram utilizados questionários semiestruturados com 19 pescadores. As perguntas buscaram compreender o perfil dos entrevistados, suas condições de trabalho e renda, o acesso ao seguro-defeso, as atividades alternativas desenvolvidas ao longo do ano, além das percepções sobre políticas públicas e questões relacionadas à sustentabilidade. Todos os participantes foram informados sobre o objetivo da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre

Esclarecido (TCLE) presente no apêndice I.

Por fim, para o tratamento dos dados utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), que visa examinar o que foi expresso durante a pesquisa, apresentando concepções acerca de um objeto de estudo. Isso inclui três etapas, sendo elas: Pré-análise; Exploração do material e Tratamento dos dados com resultados desta dissertação (De Sousa *et al*. 2020).

Na etapa de Pré-análise foi estabelecido o primeiro contato com a análise dos conteúdos coletados, onde houve os processos de organização dos questionários aplicados e sistematização das informações. Utilizou-se como base, as quatro fases preliminares propostas por Bardin (2011), referentes à (I) leitura flutuante; (II) escolha dos documentos; (III) reformulação dos objetivos e hipóteses e, (IV) formulação de indicadores), que viabilizaram a preparação do conteúdo como um todo.

Essas etapas possibilitaram a categorização e/ou codificação das perguntas realizadas com os pescadores de Luciara - MT , desdobrando-se em análises que respondem diretamente os objetivos geral e específicos desta pesquisa. Assim, a terceira fase, tratamento dos resultados, tem a finalidade de organizar os conteúdos contidos no material coletado através dos instrumentos estabelecidos na pesquisa (Fossa, 2013). Esta etapa é uma "operação lógica", onde se aceita uma proposição devido à sua conexão com outras proposições já reconhecidas como verdadeiras (Bardin, 2011).

Levando em conta as etapas da análise de conteúdo sugerida por Bardin (2011), as dimensões de codificação e categorização são fundamentais para permitir e simplificar as interpretações e inferências.

4.1 Procedimentos de pesquisa e caracterização dos participantes

A coleta de dados foi realizada através de um questionário semiestruturado neste estudo. Portanto, o questionário que foi utilizado nas entrevistas com os pescadores do município contém **39** perguntas (apêndice II), no qual tem como finalidade obter conhecimentos sobre o pesca na região e a renda dos pescadores durante a pesca ativa e período de defeso, com intuito de verificar se haveria algum tipo de atividade produtiva para complemento da renda ao longo da estação de piracema.

O questionário é um instrumento fundamental para ser utilizado na pesquisa, pois abrange diversas áreas, permitindo assim a coleta de informações de modo padronizado e sistematizado. Além disso, os autores Marconi e Lakatos (2010), ressaltam que o questionário aplicado permite obter dados de um grande número de pessoas, dando possibilidade de

analisar o comportamento daqueles que estão sendo entrevistados.

Além disso, Gil (2011), acentua que o questionário é uma técnica de coleta de dados, bastante utilizada nas pesquisas científicas de aspectos teórico-empírico. Já o autor Santos (2017), destaca que as perguntas incluídas no questionário devem estar ligadas à temática abordada na investigação e na problemática da pesquisa, junto com a hipótese e objetivos, tanto no geral e específico do trabalho.

Para Lakatos e Marconi (2003), o questionário nada mais é do que um instrumento de coleta de dados, composto por uma série de perguntas ordenadas em objetivas e subjetivas, em que deve ser respondida por escrito. Com isso sua vantagem é proporcionar o anonimato, tendo baixo risco de adulteração ou influência do pesquisador (Moura Júnior, 2021).

Em vista disso, antes de realizar as entrevistas foi necessário me deslocar de Brasília - DF até o município de Luciara - MT, no qual a distância de uma cidade a outra é de aproximadamente 1.200 km. Tendo que enfrentar estrada não pavimentada, sendo do município de Bom Jesus do Araguaia - MT até Luciara - MT, um total de 185 km de estrada de chão (sem pavimentação).

As entrevistas foram realizadas entre os dias 23 a 27 de dezembro do ano de 2025. Optou-se pela utilização de entrevistas semiestruturadas, no qual foram aplicados questionários compostos por um roteiro com perguntas básicas, conforme o interesse da pesquisa. Ela se dá tanto pela estrutura e flexibilidade quanto pela compreensão do pesquisador, podendo ter a liberdade de alterar as perguntas no decorrer das respostas dadas.

4.2 Instrumentos de coleta de dados

Para a obtenção dos dados primários contei com o apoio do pescador Evandro Rodrigues da Silva, que foi fundamental para acessar os pescadores(as) da região. A partir do primeiro pescador entrevistado, a pesquisa avançou de forma orgânica, pois, ao final de cada entrevista, o próprio pescador indicava outro para ser entrevistado, dinâmica que se repetia com frequência ao longo do trabalho de campo. Esse processo, no qual um pescador indicava o outro em sequência, é conhecido como amostragem “bola de neve”. Trata-se de um tipo de amostragem não probabilística, em que não é possível determinar previamente a probabilidade de seleção de cada participante da pesquisa. Ainda assim, essa estratégia se mostrou bastante adequada, pois possibilitou o acesso aos demais pescadores, que no primeiro momento demonstraram receio em responder às perguntas da pesquisa (Vinuto, 2014).

Com isso, a amostragem de bola de neve é utilizada principalmente para fins exploratórios, com três objetivos centrais: aprofundar a compreensão sobre o tema, avaliar a

viabilidade da realização de um estudo mais amplo, e contribuir para o aprimoramento dos métodos que poderão ser empregados em pesquisas ou etapas subsequentes (Vinuto, 2014).

Ademais, para o apoio da coleta de dados, foi utilizada a plataforma do *Google Forms*, aplicativo que facilita a criação de formulários por meio de uma planilha no *Google Drive*, no qual os formulários são criados pelo próprio usuário ou pode-se usar os formulários prontos que a plataforma oferece. Esse serviço mencionado é gratuito, no qual o usuário basta ter uma conta no Gmail para realizar o acesso a ferramenta. Além disso, os formulários preenchidos ficam armazenados no próprio servidor, podendo-se acessar a qualquer momento (Da Silva Mota, 2019).

5. Referencial Teórico

A história da pesca no Brasil começa com a ancestralidade indígena. Bem antes de 1500, os povos originais do nosso litoral e interior já dominavam as águas com técnicas inteligentes, como o uso de armadilhas e redes. Para eles, pescar era um pilar do dia a dia, caminhando lado a lado com a agricultura e a caça, e carregando um significado cultural e religioso profundo. Com o início da colonização portuguesa, essa relação com os peixes ganhou outra escala. A atividade passou a ser vista sob uma ótica mais comercial, tornando-se essencial tanto para a alimentação básica quanto para a economia da época (Da Silva, 2014).

A partir dos anos 1950, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) viu a produção pesqueira mundial crescer de forma bem promissora. Mas, pelos anos 1980, tudo estabilizou, e depois de 1995 veio uma queda de 5%, parando em torno de 90 milhões de toneladas – um sinal de que era hora de repensar como usamos os recursos dos rios e mares. A organização também destaca que a pesca artesanal responde por metade do pescado global e emprega mais de 90% dos 35 milhões de pescadores do planeta (FAO, 2010).

Nesse contexto, é importante considerar a pressão sobre os estoques de peixes e a importância social da pesca artesanal. Muitos países, incluindo o Brasil, passaram a usar instrumentos de gestão para regular a pesca e proteger os ciclos reprodutivos das espécies. Um desses instrumentos é a criação de períodos de pesca liberada e de defesa. Durante o defeso, a captura de certas espécies é proibida ou restringida por um tempo para proteger fases importantes do ciclo de vida, como a reprodução. No Brasil, o defeso está conectado a políticas de proteção social. O governo paga o seguro-efeso aos pescadores profissionais e artesanais durante o período de suspensão. Isso ajuda a conciliar a conservação dos recursos dos pesqueiros com a manutenção das condições de vida das comunidades que dependem diretamente da pesca artesanal. A pesca artesanal é uma atividade importante para essas comunidades, e o desafio é uma medida necessária para garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros (Brasil, 2026).

A atividade pesqueira no Brasil é orientada pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no qual estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e da Pesca. Essa legislação tem como objetivo assegurar a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e promover práticas de gestão que garantam a continuidade das atividades pesqueiras, valorizando a biodiversidade e os ecossistemas aquáticos. Além do decreto nº

11624, de 1º de agosto de 2023, em que define as competências do Ministério da pesca e Aquicultura, no qual inclui a formulação e normatização da política nacional de aquicultura e pesca, buscando o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva e a produção de alimentos. além de tudo o Ministério desenvolve políticas que incentivam a participação de todos na gestão da pesca. Suas responsabilidades vão desde manter o cadastro oficial dos pescadores (Registro Geral da Atividade Pesqueira) até estabelecer normas claras para o uso consciente das águas, sempre em sintonia com as diretrizes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Na prática, é o Ministério quem organiza a atividade no território nacional, concedendo as autorizações e licenças que garantem o direito de pescar e produzir de maneira ordenada e sustentável. (Brasil, 2024).

Nesse contexto, o seguro-defeso conta com dois objetivos, um sendo ambiental e o outro social. O primeiro está ligado à preservação das espécies de peixes, pois o defeso é um período em que a pesca é proibida para garantir a reprodução das espécies, garantindo a sustentabilidade dos estoques pesqueiros, no qual sua reprodução acontece justamente neste período. Já o segundo objetivo, visa assegurar o amparo ao pescador artesanal, com compensação monetária, durante o período de defeso, quando o pescador não pode retirar sua subsistência dos rios, lagos ou mar (Campos *et al*. 2014). Esse tipo de política é essencial para a conservação dos locais de pesca, pois é fundamental para prevenir a sobrepesca e manter a biodiversidade aquática (Lopes *et al* 2022).

Do ponto de vista socioeconômico, o seguro-defeso impacta diretamente na vida de milhares de pescadores artesanais. Em um estudo realizado no município de Cáceres - MT, Souza e Santos (2022), destacam que o seguro-defeso constitui um mecanismo essencial de proteção social, permitindo que as famílias mantenham sua subsistência durante os meses de proibição da pesca.

Contudo, os autores também evidenciaram problemas relacionados à burocracias e à irregularidades nos pagamentos, o que compromete a efetividade da política pública. No mesmo pensamento, Tavares (2020), aponta que, em muitos casos, o benefício não supre a perda de renda causada pela suspensão da atividade, obrigando os pescadores a buscar estratégias, como trabalhos sazonais no turismo ou na agricultura. Outro ponto de tensão está relacionado à Lei do Transporte Zero, que tem gerado resistência entre os pescadores profissionais.

De acordo com a análise técnica da Embrapa Pantanal (2023), a medida foi recebida com críticas por parte das colônias de pescadores, que partilha restritiva é prejudicial a pesca artesanal, uma vez que limita não apenas o esforço pesqueiro predatório, mas também

a atividade tradicional da comunidade ribeirinhas.

Em vista disso, o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), mais conhecido como o "seguro-defeso", é um benefício que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) paga às pessoas que necessitam exclusivamente da pesca de pequeno porte. Esse pagamento é feito para subsidiar a renda familiar durante o período que as atividades voltadas para a pesca são proibidas, com a ideia de garantir o crescimento e a reprodução das espécies (Brasil, 2024).

De acordo com a Lei nº 7.653, de fevereiro de 1988, ressalta no quarto parágrafo que fica proibido realizar a pesca que ocorre no período da piracema, de 1º de outubro a 30 de janeiro, nos cursos d'água ou em água parada ou mar territorial, no período em que tem lugar para desova a reprodução dos peixes; quem desrespeitar esta norma fica sujeito a receber a seguinte pena:

1. Caso for pescador profissional, multa de cinco a vinte. Obrigações do Tesouro Nacional - OTN e suspensão da atividade profissional por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias;
2. Se por caso a empresa que explora a pesca, a multa de cem a quinhentos Obrigações de Tesouro Nacional - OTN e suspensão de suas atividades por um período de trinta a sessenta dias.
3. Se for pescador amador, a multa é de vinte a oitenta dias - Obrigação de Tesouro Nacional - OTN e perda de todos os instrumentos e equipamentos usados na pescaria (BRASIL, 2025).

Desse modo, o seguro-defeso é uma política essencial para manter a renda dos pescadores durante a restrição da pesca. Chiaravalloti *et al* (2022) salientam que essa política está sendo eficaz para a manutenção dos estoques pesqueiros e no bem estar social e das comunidades. Porém os pescadores, enfrentam alguns desafios e problemas, como dificuldades de cadastro e atraso nos pagamentos. No Mato Grosso, a proibição da pesca começa no início de outubro, porém uma reportagem do jornal nacional relatou que os pescadores não tinham recebido o seguro-defeso. Um entrevistado citou da seguinte forma "Vai passar o Natal, passar o Ano Novo e a turma não recebeu"[1] (Jornal Nacional, 2024). O relato registrado por Do Nascimento (2024) mostra que, em determinados períodos do defeso, a entrevistada enfrentou situações difíceis, chegando a faltar alimento em sua casa. Diante

[1] Jornal Nacional. Problemas no cadastro deixam pescadores sem seguro-defeso no período de reprodução dos peixes. G1, 16 dez. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/12/16/problemas-no-cadastro-deixam-pescadores-sem-o-seguro-defeso-no-periodo-de-reproducao-dos-peixes.ghtml.

disso, precisou recorrer ao rio para pescar e, posteriormente, vender os peixes capturados como forma de garantir a sobrevivência da família. Porém, os peixes mencionados estão liberados apenas para os povos indígenas, quilombolas e originários, que realizam a atividade para subsistência, também vão poder realizar comercialização e transporte de iscas vivas (Sedec, 2024).

A pesca de subsistência é praticada por pessoas do sexo masculino e do sexo feminino de diferentes idades, que utilizam poucos equipamentos, não possuindo nem um local exato para o desembarque, com isso, a captura é difícil de ser quantificada (Batista *et a*l., 1998; Santos e Santos, 2005). Desse modo, a pesca de subsistência para os ribeirinhos resulta em um importante componente para ajudar na geração de renda indireta, diminuindo a compra de fontes protéicas e abaixando o gasto familiar. Abrindo assim a oportunidade do ribeirinho fazer uma integração ao mercado, através da comercialização do pescado (Leonel, 1998; Batista *et al*., 2007).

Em 2025 o Governo Federal regulamentou um novo modelo de concessão do Seguro-Defeso aos pescadores artesanais, essa medida fortalece a proteção social de quem vive da pesca, reforçando o controle contra fraudes e aumentando a transparência das regras do benefício. Essa medida atualizou os decretos nº8.425 e nº12.527 ambos de 2025, para que o benefício chegue de forma justa para os pescadores que realmente dependem da pesca artesanal para viver (MPA,2025).

Nesse novo formato, reforça a fiscalização, exigindo a comprovação do exercício ininterrupto da atividade pesqueira e a atualização cadastral no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) (MPA,2025). Frente a essa contextualização realizada com base na literatura, urge ir além dos materiais acadêmicos e mapear os programas e políticas da pesca, em especial, para a pesca artesanal, modalidade central deste trabalho.

5.1. Quem pode realizar a pesca e virar pescador

No Estado do Mato Grosso, qualquer pessoa pode se tornar um pescador artesanal, basta atender aos requisitos legais e ter retirado a licença para efetuar a atividade. No entanto, a maior parte dos pescadores artesanais são membros de comunidades tradicionais, em que herdam a prática e o conhecimento da pesca por gerações anteriores[2].

Para realizar a solicitação do registro de pescador na categoria amador, os

[2] Associação Juízas e Juízes para a Democracia: Nota: Em defesa da pesca artesanal no Mato Grosso, 19 de fevereiro de 2024. Disponível em: https://www.ajd.org.br/noticias/3211-nota-em-defesa-da-pesca-artesanal-no-mato-grosso. Acesso em: (exemplo) 10 jan. 2025.

interessados precisam entrar no endereço eletrônico do Governo Federal (gov.br) e fazer o seu cadastro. Dentro do site, contém as categorias que cada pessoa se encaixa. Que são dividas entre as categorias de Pesca embarcada e Pesca desembarcada, descritas a seguir:

1. Categoria pesca desembarcada: realizada através do uso de linha de mão, anzóis simples ou múltiplos com caniços simples, molinetes, sucção manual para a captura de iscas, utilizando isca artificial ou natural, tendo que pagar uma taxa anual no valor de 20,00 (vinte reais).
2. Categoria de pesca embarcada: é executada embarcada e contém todos os equipamentos utilizados na categoria anterior, mas permite a utilização de embarcações, tendo que ser pago uma taxa anual no valor de 60,00 (sessenta reais) para União (Governo Federal). O cidadão que optar pela categoria de pesca embarcada, também poderá pescar tanto embarcado, quanto desembarcado (Brasil, 2025).

As atividades voltadas para a pesca podem ser divididas em três modalidades principais: pesca artesanal, pesca industrial e pesca esportiva. Contudo, a pesca industrial não será aprofundada nesta dissertação, pois o foco recai sobre a pesca artesanal e esportiva. Para maior compreensão e debate teórico, essas duas modalidades serão representadas nos subtópicos a seguir. Neles, serão apresentados os conhecimentos acumulados na literatura e suas contribuições para a construção do referencial teórico desta dissertação.

5.2. Pesca Artesanal

Paula *et al* (2019), ressaltam que entre as décadas de 1940 a 1950, houveram pesquisas relevantes sobre a pesca artesanal, tendo como exemplo a de Câmara Cascudo no ano de 1957, abordando os jangadeiros do nordeste. Porém, foi a partir da década de 1970 que a influência do tema cresceu a partir de muitas pesquisas realizadas Brasil afora, gerando um grande impacto onde a pesca artesanal começou a ser pesquisada sistematicamente.

A pesca artesanal ocupa um papel essencial na geração de empregos e no fortalecimento da economia brasileira. Ela se destaca como um circuito produtivo no qual, na maioria das vezes, o próprio pescador é dono dos seus meios de produção, como o barco, as redes, os apetrechos e o conhecimento tradicional sobre as técnicas de pesca (Silva, 2023)

Com isso, a pesca artesanal é caracterizada por meio da utilização de técnicas simples, mão de obra familiar e embarcações de pequeno porte, como canoas, ou até mesmo atividades voltadas para pesca que não utilizam embarcações (Rede Cerrado, 2025).

Diegues (1983) descreve que o pescador artesanal não só vive da pesca, mas se apropria realmente dos meios de produção, de como realizar a pesca. Seguindo a mesma linha de pensamento, o autor ressalta que o pescador está fechado com sua profissão e aos meios de produção, como um “caracol na sua casca”, essa comparação demonstra que as atividades não são apenas econômicas, mas culturais e de identidade. Por isso, não é possível separar o pescador do seu modo de vida e do seu domínio cultural.

A pesca artesanal é atuante em toda a costa brasileira, sendo praticada por pescadores que executam as atividades individualmente ou em parcerias com outros pescadores (Pinheiro *et al*, 2020). Apesar da flexibilidade do trabalho, Calazans *et al* (2014) salientam que a pesca artesanal, é uma atividade em que tem condições precárias, deixando os pescadores expostos a doenças e risco de acidentes. As principais causas de acidentes dos pescadores artesanais, são ferimentos causados pelos próprios peixes, alguns ferimentos causados por instrumentos de trabalho podendo causar até o afastamento do pescador das suas atividades por um tempo. Nogueira, Souza e Santa Brígida (2017), relatam que os acidentes mais comuns são ferradas de arraia, picadas e ferrões de animais, além de quedas dentro e fora das embarcações. Uma situação parecida foi encontrada por Garrone Neto, Cordeiro e Haddad Jr. (2005) na região do médio Araguaia (Tocantins), foram registrados relatos de afogamentos, inclusive situações mais críticas, que resultaram em óbito.

Apesar dos riscos evidentes, a pesca artesanal no estado do Mato Grosso é essencial para economia local e para o prosseguimento da cultura tradicional dos pescadores. Pois, segundo Chiaravalloti (2019), aproximadamente 90% dos ribeirinhos na região pantaneira são escritos formalmente como pescadores profissionais artesanais, apontando a importância dessa atividade na região. No Mato Grosso a pesca artesanal é regulamentada através de leis estaduais, no qual tem o intuito de proteger os estoques pesqueiros, e assegurar a sustentabilidade dessa atividade (Da Motta, 2024). A atividade da pesca artesanal fundamenta-se em relações de parentesco, vizinhos e amizades que enriquecem as tramas sociais e afetivas em relação ao ambiente de moradia e trabalho (Martins; Alvim, 2016, p.388).

No Brasil existem aproximadamente mais de 1 milhão de pescadores credenciados artesanais, o termo “pesca artesanal" é bem conhecido, porém ainda não existe uma definição ideal. De maneira sucinta, a pesca artesanal é uma atividade executada por pessoas que vivem em comunidades e que fazem a pesca em pequena escala, sem visar comércios de exportações e de grande proporções, com isso eles pescam exclusivamente para o consumo da sua própria família e para vendas locais (MIDR, 2022). Além disso, a Lei nº

11.959, de 29 de junho de 2009. ressalta sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, no artigo 4º salienta que considera-se pesca artesanal os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto de pesca artesanal (Brasil, 2009).

Diegues e Arruda (1999), acentuam que os pescadores artesanais desenvolveram no dia a dia, o saber tradicional, tendo domínio das áreas de pesca, as espécies de peixes que habitam na região, e outros conhecimentos, tais como, o tempo de reprodução e migração das espécies e também aspectos geográficos. Com isso, é possível constatar os métodos para captura e beneficiamento pesqueiro que estão ligados a comunidade e ajudar a potencializar as transformações sociais. Por meio dos saberes tradicionais, como participação coletiva e geração de soluções tecnológicas nas comunidades dos pescadores artesanais, com inovação de apetrechos para utilização na pesca, tendo uma concepção tecnológica social (Moreira *et al*. 2023). A pesca artesanal no Brasil é enorme e complexa, alcançando características que levam em consideração fatores tanto sociais, econômicos e ambientais em cada região. O potencial continental da extração do pescado (Da Silva *et al*. 2014).

A atividade não se limita a ser apenas uma atividade de captura de peixes; ela está profundamente ligada às relações humanas e culturais que estruturam a vida das comunidades ribeirinhas (Silva; Leitão, 2012). É nesse convívio que surgem formas de economia solidária, nas quais os pescadores agrupam responsabilidades, organizam a venda dos seus produtos e constroem redes locais de comercialização. Essas redes não só garantem renda, mas também fortalecem a participação social e a autonomia dos trabalhadores.

Begossi (2004) destaca que, nos locais de pesca, é comum existir regras próprias de uso, apropriação e até conflitos. Esses espaços são reconhecidos e delimitados pelos próprios pescadores a partir de referências naturais simples, como, por exemplo, uma árvore na margem do rio. Com isso, o resultado da pesca está diretamente ligado à capacidade de reposição dos estoques e à quantidade de peixes disponível no ambiente. Essa dinâmica sofre influência tanto das decisões de manejo adotadas quanto de fatores externos, que podem ser naturais ou provocados pelo ser humano. No caso do Pantanal, os fatores naturais costumam ser cíclicos, e o que mais interfere nesse processo é a intensidade das cheias que acontecem todos os anos (Embrapa Pantanal, 2011).

Conforme apontam a FAO (2022) e Campos *et al* (2014), quando associada ao saber tradicional e à capacidade de adaptação às condições ambientais, a pesca artesanal passa a ser vista como um pilar para o desenvolvimento sustentável das regiões onde está presente.

Visto que, Do Nascimento (2024), ressalta que a pesca não é apenas uma fonte de renda, mas sim a maneira de cuidar das tradições familiares e fortalecer os laços com o rio.

O desenvolvimento sustentável da pesca artesanal no Brasil, contém um papel crucial na conservação da biodiversidade. Em primeiro lugar, por ser uma atividade extrativista, a pesca precisa de regras claras para manter o equilíbrio dos ecossistemas e a sobrevivência das comunidades ribeirinhas. Em segundo, porque depende diretamente dos serviços ambientais para existir. Por fim, o terceiro tende criar modelos de manejos que possam ser compartilhados criando assim, mecanismos de gestão mais justos e participativos (Da Silva, 2014). Desse modo, esse sistema mais eficiente é essencial para conservar os estoques pesqueiros e assegurar a continuidade da economia local, já que essa atividade representa o sustento de milhares de famílias (Da Silva,2014).

Com isso, a pesca artesanal é mais do que uma atividade econômica, é um pilar da identidade social e cultural dos pescadores ribeirinhos, sendo passado de pais para filhos e intimamente ligado ao seu território e ao saber tradicional. Contudo, em certos contextos regionais, como no caso de Luciara - MT, essa prática tem sido objeto de reconfiguração. A pesca esportiva, nesse contexto, se apresenta como uma alternativa econômica significativa no período de pesca permitido, mesclando conhecimentos tradicionais dos pescadores e modificando sua relação com o rio. A pesca esportiva, portanto, não é uma nova forma de pesca que substitui a artesanal, mas uma forma de adaptação que garante a manutenção da atividade pesqueira frente às imposições e transformações no uso dos recursos naturais.

5.3. Pesca Esportiva

De acordo com o Dicionário de Oxford de Biografia Nacional Britânica (2004), a estudiosa inglesa Dame Juliana Berners foi uma das primeiras autoras a sistematizar os fundamentos da pesca esportiva, em 1486. A autora de esportes de campo, sugeriu aos pescadores tradicionais daquele tempo para usarem equipamentos adequados para sua finalidade e iscas artificiais (Trojahn, 2021).

O estatuto da pesca esportiva, desde então, tem como propósito estimular o estudo dessa prática e aprofundar sua função recreativa, mantendo princípios éticos aceitos pela maioria dos pescadores. Além disso, busca cultivar a pesca como fonte de informações científicas, tornar esses dados acessíveis ao maior número possível de pessoas e manter registros atualizados sobre capturas que se tornem registros mundiais. Em essência, a pesca esportiva valoriza o prazer da captura, desvinculado do comércio e do consumo direto das espécies (Trojahn, 2021).

No Brasil, essa prática já é comum entre os pescadores, e ganhou força sob a forma de pesque e solte, que tem a finalidade de divertir o praticamente com embate gerado pelos desafios de capturar o peixe, logo em seguida devolvendo-o à água. Essa modalidade é praticada em diferentes contextos: rios, mares, lagos, represas e até mesmo em pesqueiros, que são propriedades privadas com tanques destinados à atividade (Caminhas, 2015).

No Pantanal brasileiro, essa atividade tradicional é de suma importância para economia, fazendo que muitos pescadores artesanais se tornem guias de pesca (Freire *et al*., 2016). A pesca esportiva pode ser realizada com diferentes tipos de apetrechos, que vão desde a tradicional linha de mão, carretilhas, entre outras (Arlinghaus; Cooke, 2005; Arlinghaus *et al*., 2007). No Brasil, porém, os equipamentos mais comuns são as varas e carretilhas, sendo bastante utilizada a técnica conhecida como corrico, em que o pescador arrasta a isca pela água durante o deslocamento da embarcação (Amorim *et a*l., 2009).

A pesca esportiva no Mato Grosso movimenta aproximadamente R$ 500 milhões e tem uma estimativa de alcançar até R$ 2 bilhões anuais nos próximos cinco anos. Uma das cidades que tem crescido bastante em relação à pesca esportiva é a cidade de São Félix do Araguaia–MT, cidade vizinha de Luciara–MT, cidades conhecidas pelas belas praias de água doce durante a temporada do mês de julho que apresenta faixas de áreas no rio Araguaia (Sedec, 2024).

Donaldson *et al*. (2011), Greiner e Mayocchi (2006) frisam que a pesca esportiva é uma atividade considerável em diferentes países, gerando de forma indireta e direta bilhões de dólares em renda e estimulando o segmento industrial. Tendo um olhar para o Brasil, a pesca constitui-se para proporcionar o turismo e o lazer, gerando recursos econômicos em diferentes regiões (Shrestha; Seidl; Moraes, 2002; Freire, Machado, Crepaldi, 2012).

Com a chegada da pesca esportiva no estado do Mato Grosso, a atividade abriu as portas para os pescadores tradicionais e ribeirinhos para trabalhar como guias de pesca, deixando assim de realizar a pesca para vender as peças por quilos, passam a ganhar mais ao levar os pescadores esportivos para capturar as espécies mais desejadas no rio, em que os pescadores realizam a captura dos peixes, registra fotos e logo devolvem ao Rio Araguaia. Um dos pontos mencionados por Siqueira (2024) foi a questão do Transporte Zero, no qual é estabelecido pela Lei 12.197/2023, em que o governo do estado do Mato Grosso pretende combater a pesca predatória nos rios. Com isso, foram vedadas algumas espécies de comercialização e armazenamento das seguintes espécies: Dourado; Matrinchã; Piraíba; Pirarara; Tucunaré; Jaú; Cachara; Trairão; Pirarucu, em um período de cinco anos (Siqueira, 2024).

Além da pesca artesanal, o turismo de pesca esportiva tem se consolidado no Estado do Mato Grosso como uma atividade econômica relevante. Conforme demonstrado por Ferreira e Oliveira (2021) em sua análise sobre o turismo de pesca no Estado, o defeso também desempenha um papel indireto nesses segmentos, ao garantir a manutenção dos estoques e garantir a atratividade da região para turistas nacionais e estrangeiros. Esse processo, entretanto, traz novas dinâmicas sociais, uma vez que os pescadores profissionais, em alguns contextos, passam a atuar como guias de pesca esportiva, convertendo o conhecimento tradicional em renda alternativa.

5.4. Programas e Políticas Públicas voltadas para a Pesca Artesanal

5.4.1. Políticas Públicas para Pesca Artesanal

As políticas públicas direcionadas para a pesca no Brasil pretendem promover o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura, assegurando a segurança alimentar, a renda e o emprego, ao passo que preservam os recursos naturais. Essas políticas abrangem a Lei n.º11.959/2009, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Brasil, 2009).

Além disso, o governo federal implementou planos, como o Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPA), em que apoia a pesca artesanal, como foco no controle social, participação social e apoio na construção democrática de políticas públicas. Ademais, há trabalhos voltados para fortalecer a pesca amadora e esportiva, tais como a emissão de licenças e o desenvolvimento do Plano Nacional das Pescas Amadora e Esportiva (PNPA).

Porém, no Mato Grosso, foi implementada a Lei n.º 12.197/2023, conhecida como “Transporte Zero”, aprovada pelo governador Mauro Mendes em julho de 2023, mirando combater a pesca predatória nos rios no Estado do Mato Grosso (Brasil, 2023). A partir de 1º de janeiro de 2024, a lei entrou em vigência para proibir o transporte, comércio e armazenamento de peixes dos rios estaduais em um período de cinco anos. Durante o período de três anos, o Estado se propôs a pagar auxílio de um salário mínimo por mês para os pescadores artesanais e profissionais cadastrados no Registro Estadual de Pescadores Profissionais (Repesca) e no Registro Geral de Pesca (RGP), em que comprovam a residência fixa em Mato Grosso e mostra que a pesca artesanal era a profissão fixa e o principal meio de subsistência até a lei ser aprovada (MPA, 2025).

Nesse período de Transporte Zero, será permitido pesca da categoria pesque e solte, com exceção do período de defeso (piracema), no qual foi estabelecido por meio da

resolução do Conselho Estadual de Pesca do Estado do Mato Grosso (CEPESCA), tendo proibição de todas as modalidades de pesca em rios do Estado de Mato Grosso[3] (ALMT, 2023).

Um programa que vale ressaltar é o Programa Povos da Pesca Artesanal, no qual foi lançado pelo Governo Federal, tendo como iniciativas voltadas para os pescadores e pescadoras artesanais, buscando fortalecer as comunidades e os territórios. Surge para suprir as necessidades de políticas públicas, para promover o modo de vida tradicionais das comunidades pesqueiras, em que apresenta uma parcela significativa da população brasileira, essencialmente nas regiões do Norte e Nordeste, no qual sobressair pescadores indígenas, quilombolas e negros (MPA, 2025).

Com isso o intuito do programa é articular e fazer ações que possam concretizar políticas públicas em favor das comunidades pesqueiras com foco de; defender e promover as comunidades pesqueiras, gestão do território e recursos, e justiça socioambiental; realização de agenda de prioritárias, valorizando a diversidade e autonomia das comunidades dos pescadores (MPA, 2025).

Além disso, o Programa Fortalecimento Produtivo dos Territórios Pesqueiros Artesanais tende a fortalecer a pesca artesanal, buscando melhorar todas as etapas da cadeia produtiva, desde a produção até chegar à comercialização do pescado. O intuito é gerar emprego e renda para as comunidades, tendo assim a segurança alimentar e melhorar a qualidade de vida dos pescadores e pescadoras do Brasil. Esse programa faz parte do programa citado acima, no qual está estabelecido pelo Decreto n.º 11.626 de 2 de agosto de 2023. Além disso, o programa prevê a compra de equipamentos, treinamentos e apoio aos pescadores artesanais, e ajudar na inclusão dos mesmos no mercado (MPA, 2025).

Por seguinte, o Programa Jovem Cientista da Pesca Artesanal também é uma ação do Programa Povos da Pesca Artesanal, instituído pelo Decreto n.º 11.626 de 2 de agosto de 2023. Desse modo o programa engloba várias ações, incluindo, cadeia produtiva; cultura; extensão pesqueira; combate ao racismo ambiental e entre outros, o intuito do programa e beneficiar as comunidades pesqueiras artesanais do Brasil, buscando parcerias com diferentes Ministérios e Secretaria, Governos Estaduais e Municipais, e organizações ligadas à pesca artesanal (MPA, 2025). Entre as ações dentro do programa, é direcionado para a juventude das comunidades pesqueiras artesanais, com vínculo com o ensino médio nas escolas públicas.

[3] ALMT. Lei Ordinária nº12.197 de 20 de julho de 2023. A Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso. Transporte Zero. Disponivel em: https://www.al.mt.gov.br/norma-juridica/urn:lex:br;mato.grosso:estadual:lei.ordinaria:2023-07-20;12197

Desse modo, o programa oferta bolsas de iniciação científica júnior, no qual incentiva os jovens a pesquisar ou estudar assuntos voltados para realidades da pesca artesanal. Além disso, busca diminuir a evasão escolar nessa população (MPA, 2025).

5.5. Atividades Alternativas Durante a Piracema

5.5.1. Atividades de extrativismo no município

A principal atividade de extrativismo no local é a criação de gado solto em pastagens naturais do cerrado e nos varjões (áreas alagadas periodicamente) no vale do Araguaia. Essa ação é realizada pelas comunidades de retireiros, envolvendo o manejo coletivo dessas áreas, durante o período de cheias e secas da região. Com isso o gado é criado de forma extensivamente aproveitando a vegetação nativa, que serve de alimento para os bovinos, principalmente durante a seca, e durante as cheias são transferidos para áreas mais altas. Desse modo, a criação do gado no sistema extensivo é nos períodos da seca, entre o mês de maio e dezembro, após esse período o gado é retirado para as partes mais altas, no qual não tem inundação, como nos varjões (Silva, 2017).

A segunda atividade é voltada para coleta de frutos do cerrado, no qual envolve os seguintes frutos: Pequi (*Caryocar brasiliense*), Mangaba (*Hancornia speciosa*), Cagaita (Eugenia dysenterica), Murici (*Byrsonima crassifolia*), Buriti (*Mauritia Flexuosa*), Jenipapo (*Genipa americana*), Macaúba (*Acrocomia aculeata*) e Jatobá (*Hymenaea courbaril*).

Esses frutos, no município de Luciara – MT, localizado na região do Médio Araguaia, no nordeste de Mato Grosso, surgem principalmente durante o período da piracema, quando são coletados pelos pescadores e moradores locais. Por isso, tornam-se recursos importantes para os pescadores, que utilizam essa atividade como uma alternativa para complementar a renda nesse período, conforme o quadro 1.

Quadro 1 - Frutos do cerrado em Luciara - MT[4]

Fruto	Meses Principais de coleta	Observações
Pequi	novembro e janeiro/março.	A floração ocorre entre maio e outubro.
Mangaba	Entre novembro e janeiro.	A mangaba floresce durante os meses de setembro a novembro
Cagaita	A maturação dos frutos ocorre no início do período chuvoso (novembro).	A cagaita frutifica de outubro a novembro.
Murici	A safra se concentra geralmente entre dezembro e março.	O murici floresce quase o ano inteiro, nos meses de verão.
Buriti	Setembro a fevereiro	A maturação dos frutos ocorre nos meses de dezembro a junho.
Jenipapo	Novembro a Março	Floresce entre outubro e novembro.
Macaúba	Setembro a janeiro.	A floração e frutificação dependem da região.

Fonte: WWF, 2022.

Além disso, Begossi (1992) aponta que a diversificação é uma marca presente nas comunidades pesqueiras. Muitas vezes, os pescadores unem a atividade no rio a pequenas roças, ao extrativismo de frutos do cerrado, à criação de animais ou até a trabalhos no comércio local. Essas alternativas revelam a capacidade de adaptação dessas famílias diante das mudanças ambientais e das restrições legais, permitindo que encontrem caminhos para garantir a sobrevivência mesmo nos períodos em que o pescado se torna escasso.

[4] Disponível em: Catálogo de produtos da sociobiodiversidade do cerrado. https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/catalogo_produtosdasociobiodiversidadecerrado_final.pdf

6. Resultados

A partir das respostas obtidas nas entrevistas realizadas com os pescadores do município de Luciara – MT, são apresentados, a seguir, os resultados relacionados ao período de pesca ativa e ao período de defeso na região. O quadro 2 apresenta a relação dos entrevistados do município, destacando aspectos como faixa etária, profissão, gênero e nível de escolaridade.

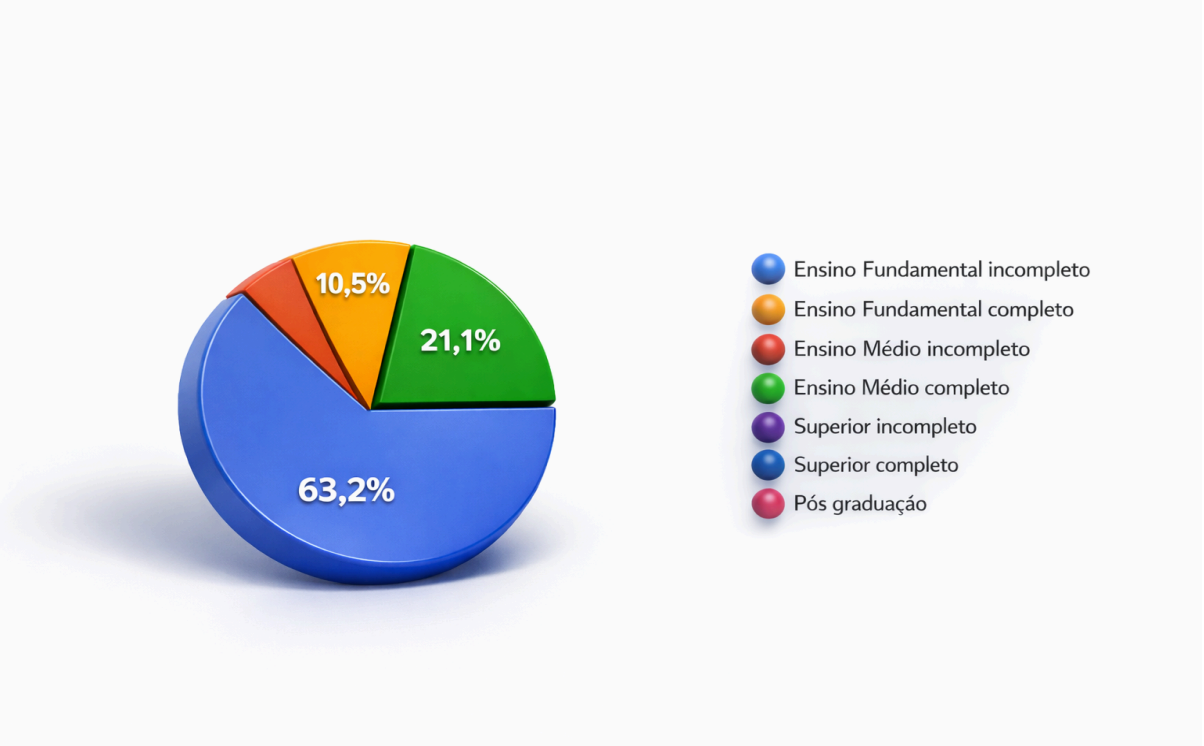
Quadro 2 - Perfil dos entrevistados.

Entrevistados	Faixa etária	Profissão	Gênero
Nº 1	54	Pescador	Masculino
Nº 2	56	Pescador	Masculino
Nº 3	62	Pescador	Masculino
Nº 4	48	Pescador	Masculino
Nº 5	42	Pescador	Masculino
Nº 6	64	Pescador	Masculino
Nº 7	64	Guia turístico	Masculino
Nº 8	45	Pescador	Masculino
Nº 9	60	Pescador	Masculino
Nº 10	43	Pescador	Masculino
Nº 11	49	Pescador	Masculino
Nº 12	48	Pescadora	Feminino
Nº 13	49	Pescadora	Feminino
Nº 14	48	Pescador	Masculino
Nº 15	70	Pescador	Masculino
Nº 16	28	Pescador	Masculino
Nº 17	22	Guia de pesca	Masculino
Nº 18	33	Pescadora	Feminino
Nº 19	47	Pescador	Masculino

Fonte: Elaboração própria.

Para dar início às entrevistas, os participantes foram questionados sobre seu nível de escolaridade, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Nível de escolaridade



Fonte: Elaboração própria.

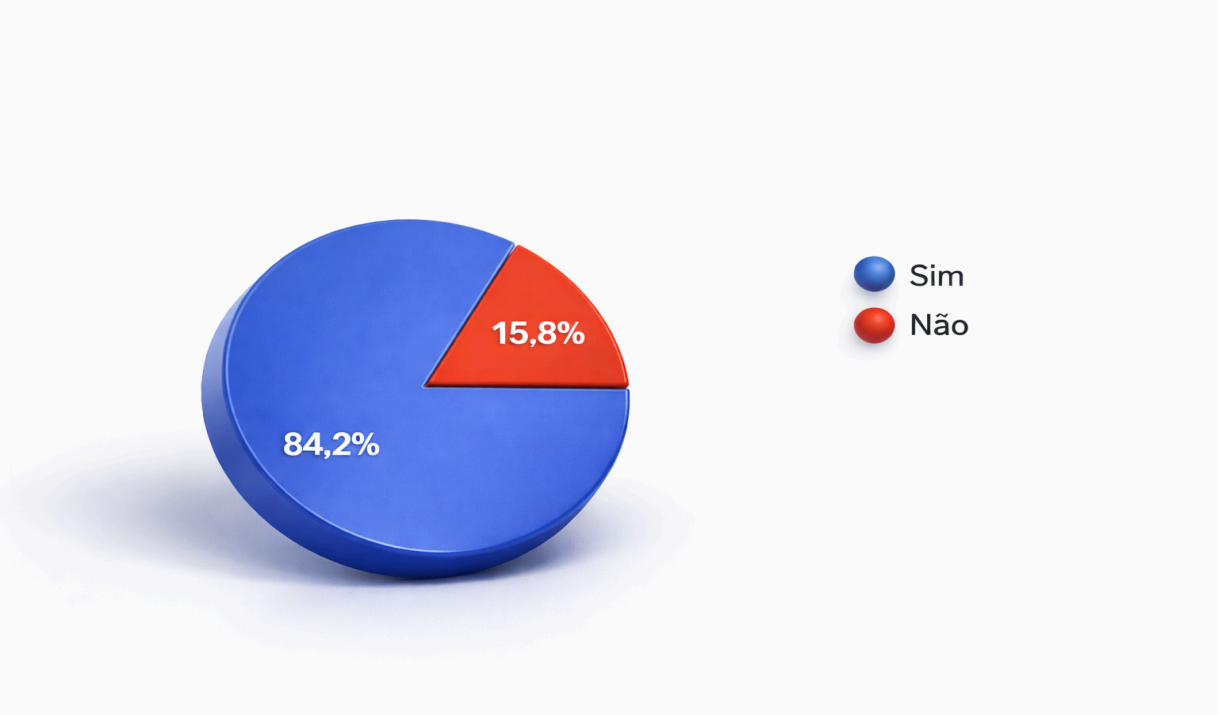
Pode-se perceber que a maioria dos pescadores da região, contêm ensino fundamental incompleto, sendo um percentual de 63,2%, algo bem próximo do que Sales (2022) menciona no seu artigo "A pesca e os pescadores artesanais no litoral amazônico brasileiro: os casos de Bragança e Augusto Corrêa". Nesse artigo ele cita que em todas as categorias pesquisadas a do ensino fundamental incompleto foi a mais citada entre as outras categorias, algo semelhante aos dados obtidos em Luciara. Essa alta porcentagem justifica-se pela necessidade de trabalhar mais cedo para se sustentar e sustentar suas famílias. Longe de ser um dado isolado, essa realidade traduz a história de vida de grande parte das comunidades pesqueiras no Brasil, em que o trabalho no rio começa muito cedo para ajudar no sustento de casa.

Essa mesma característica de trabalhar desde cedo em vez de estudar também foi notada por Anjos et al (2010) no Pantanal de Mato Grosso do Sul (Aquidauana e Anastácio), nessa região de acordo com o autor os pescadores estudaram apenas até a 4º série. Indo além da região do Mato Grosso, no litoral do Maranhão, Santos et al. (2011) encontrou um cenário bem próximo do município de Raposa, registrando 49% daquela comunidade pesqueira possuía o fundamental incompleto e 19% eram alfabetos. Esses dados, quando cruzados, deixam claro que a baixa escolaridade não é uma escolha, mas sim um reflexo estrutural que acompanha a trajetória de quem tira das águas a sobrevivência desde a infância.

Em seguida, foi perguntado quantas pessoas moravam na mesma casa, dos 19 entrevistados, sete pescadores, responderam duas pessoas que equivale a 36,8%, cinco pescadores responderam quatro pessoas (26,3%), três pescadores salientaram que são três pessoas (15,8%), outros três pescadores responderam um (15,8%) e para finalizar, um pescador respondeu cinco pessoas (5,3%).

Por seguinte, foi questionado se o pescador era o principal responsável pela renda da família, 84% dos pescadores responderam que sim, e 15,8% responderam que não. Isso pode-se perceber nas respostas ilustradas no gráfico 2.

Gráfico 2 - Principal provedor de renda da família



Fonte: Elaboração própria.

Logo foi indagado há quantos anos os pescadores trabalhavam com a pesca esportiva ou pescar artesanal. As respostas foram uma ficha longa, destacando pescadores que responderam há mais de 30 anos com a carteira profissional de pescador. Desse modo, apenas três pescadores(as) mencionaram que trabalham há menos de 10 anos, o restante ressaltou que trabalha há mais de 10 anos, casos que possam chegar até 30 anos e mais do que isso. Aproveitando essa pergunta, os pescadores também foram questionados se possuíam a carteirinha de pescador (Registro Geral da Atividade Pesqueira), como resultado 94,7% dos pescadores entrevistados têm a carteirinha, e 5,3% não têm, que são os guias turísticos.

Adiante os pescadores entrevistados foram perguntado qual era média de ganho por semana durante a pesca ativa, os resultado são conforme o gráfico 3.

Gráfico 3 - Média de ganho por semana

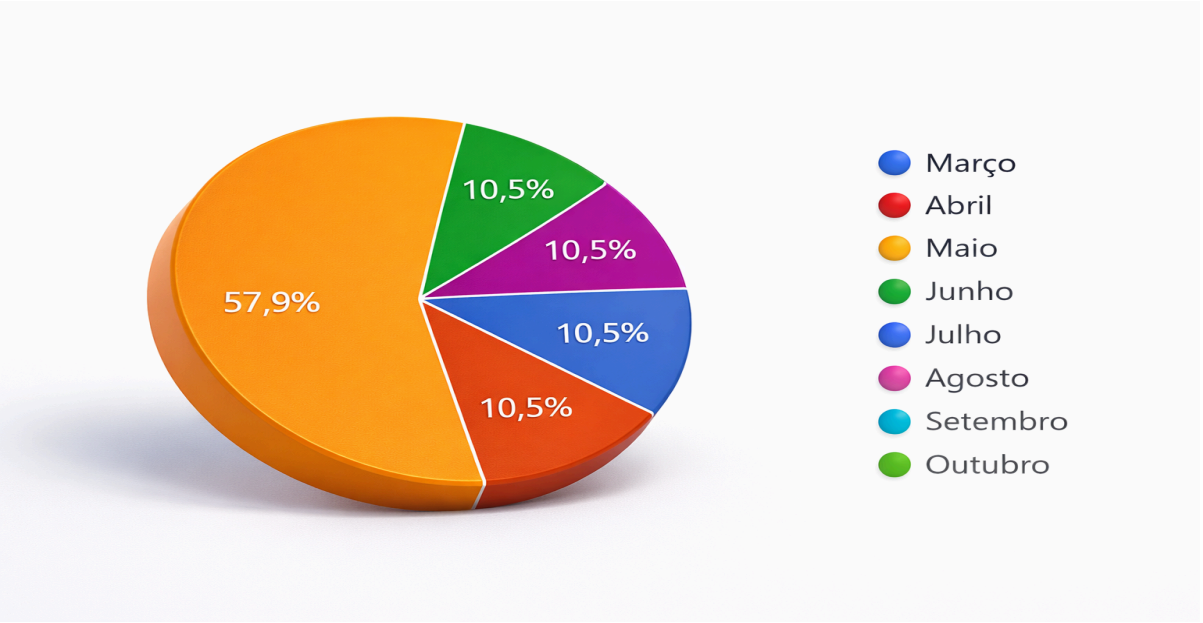


Fonte: Elaboração própria.

Pode-se perceber que o ganho por semana da maioria dos pescadores é de R$2.500 reais, sendo um total de 36,8%, os demais variam. De acordo com o portal salários[5], a remuneração do pescador profissional pode variar entre R$ 2.126,97 a R$ 2.908,17 reais, mas tudo isso depende das funções executadas pelo pescador, ou localidade.

Mais adiante, foi perguntado em qual mês a pesca proporciona a maior geração de renda para o pescador, conforme apresentado no gráfico 4.

Gráfico 4 - Qual mês a pesca proporciona maior ganho para o pescador

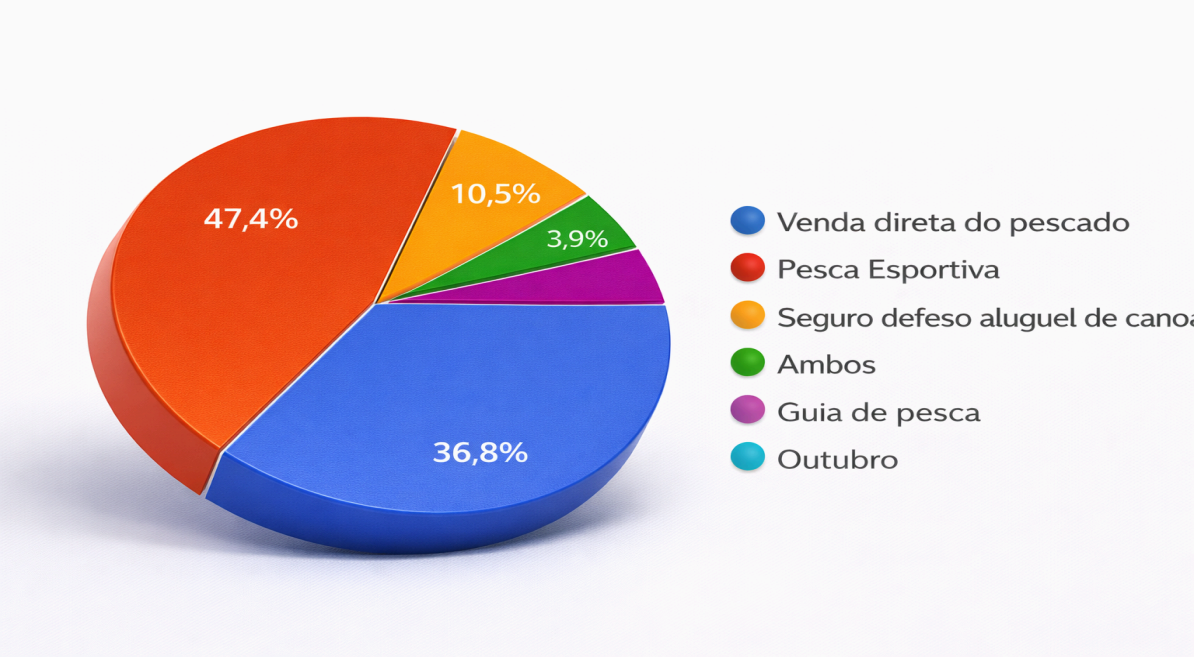


Fonte: Elaboração própria.

[5] Portal do Salário: Pescador profissional - salário Brasil. disponivel em: https://www.salario.com.br/profissao/pescador-profissional-cbo-631210/

De acordo com as respostas mencionadas acima, os pescadores responderam que o período de março a maio, são os melhores meses para gerar uma renda maior, pois é a época que os peixes estão descendo o rio e os turistas vão até a região para realizar a pesca esportiva. Além dessa questão, os participantes também foram perguntados sobre qual modalidade representa a principal fonte de renda durante o período de pesca liberada. Conforme demonstrado no gráfico 5. 47,4% das respostas indicaram a pesca esportiva como a principal atividade geradora de renda.

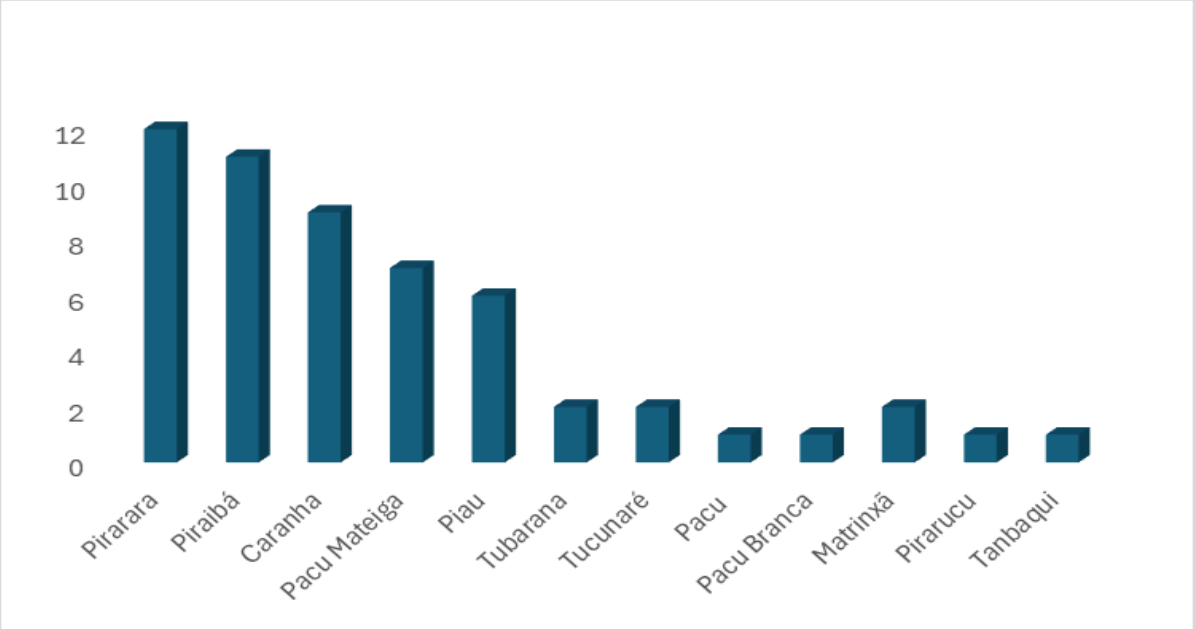
Gráfico 5 - A principal fonte de renda vem de qual modalidade



Fonte: Elaboração própria.

Já pensando em quais espécies de peixes são mais procuradas pelos turistas na região durante a pesca ativa, os pescadores entrevistados mencionaram as seguintes espécies no gráfico 6.

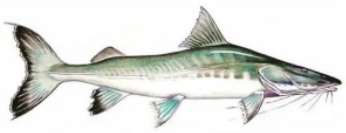
Gráfico 6 - Espécie de peixes mais procurados pelos turistas na região.



Fonte: Elaboração própria.

Com base no gráfico 6, o quadro 3 foi desenvolvido trazendo a identificação das espécies citadas com os seus nomes científicos e fotográficas de acordo com os dados fornecidos para COP30 da Secretaria de Estado de Turismo do Pará (Pará, 2025), no qual são os mesmos peixes da bacia do Rio Araguaia.

Quadro 3 - Descrição das espécie

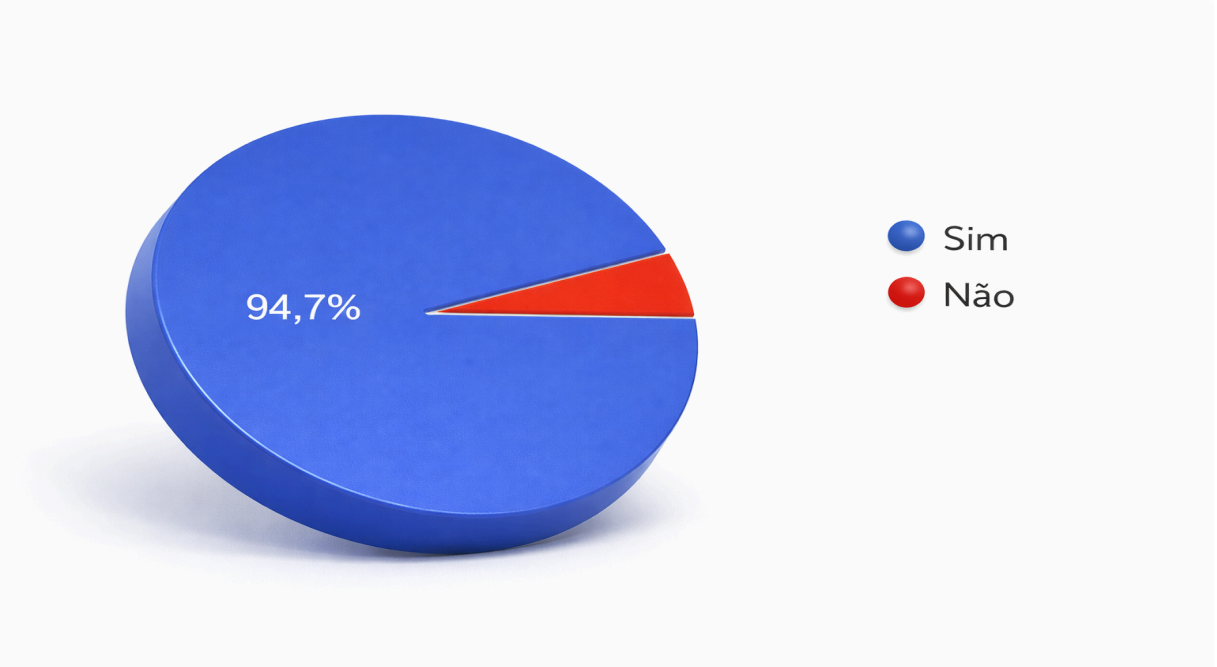
Espécie	Nome Científico	Descrição
	*Phractocephalus Hemioliopterus*	A Pirarara é um peixe da família Pimelodae que pode ser encontrado na bacia do rio Araguaia,Tocantins e Amazonas. Do Tupi "pirá" + "ara" (PeixeArara), isto é, que tem colorido variado e vivo como as araras. É um peixe de couro que pode chegar aos 60kg e 1,5m de comprimento.
	*Brachyplatystoma Filamentosum*	Conhecido popularmente como Piraíba, Piratinga ou Piranambu. Os exemplares jovens da espécie são conhecidos como Filhote. É um peixe de água doce da região amazônica que pode atingir até 2,50 metros de comprimento e 300 kg de peso. É considerado o maior peixe de água doce brasileiro depois do Pirarucu. "Piraíba" é um termo de origem Tupi, que significa "peixe ruim"

	*Myleinae (4 subespécies)*	O Pacu é típico do pantanal do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, dos rios amazônicos e bacia do Prata, e originários dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Possui quatro espécies, sendo estas o Pacupeba ou Pacu-Peva, o Pacu-Caranha, Tambacu ou Paqui e Pacu-Prata. Alimenta-se de frutos, caranguejos e de detritos orgânicos encontrados na água. Atinge até 25kg de peso, comum até 8kg. São praticadas duas formas diferentes de pesca: fisgada com frutos (tucum, laranjinha ou jenipapo).
	*Brycon Falcatus*	Matrinxã ou Matrinchã, é uma espécie de peixe de água doce. É um peixe de escamas com coloração prateada, corpo alongado, capaz de atingir até 80 centímetros de comprimento e 5kg de peso, encontrado nas bacias amazônicas e Araguaia-Tocantins.
	*Leporinus Obtusidens*	O Piau é um peixe de água doce muito popular na pesca esportiva. Peixe de porte médio, pode chegar a medir cerca de 50 centímetros de comprimento e pesar até 2kg.
	*Cichla Mirianae*	Conhecido como Tucunaré, é uma espécie endêmica de regiões das bacias do Araguaia e Tapajós. É uma espécie de alto valor para o turismo de pesca devido à sua agressividade territorial.
	*Colossoma macropomum*	O tambaqui é uma espécie de peixe nativo mais produzida no Brasil. Sua rusticidade favorece a criação tanto em sistemas semi-intensivos.

Fonte: Setur.pa.gov.br(2025)

A segunda parte do questionário, teve como foco o acesso ao seguro-defeso no município, foi questionado se a renda mensal dos pescadores diminui, 94,7% das respostas foram que sim, conforme o Gráfico 7.

Gráfico 7 - Durante o período do seguro , sua renda mensal diminui.

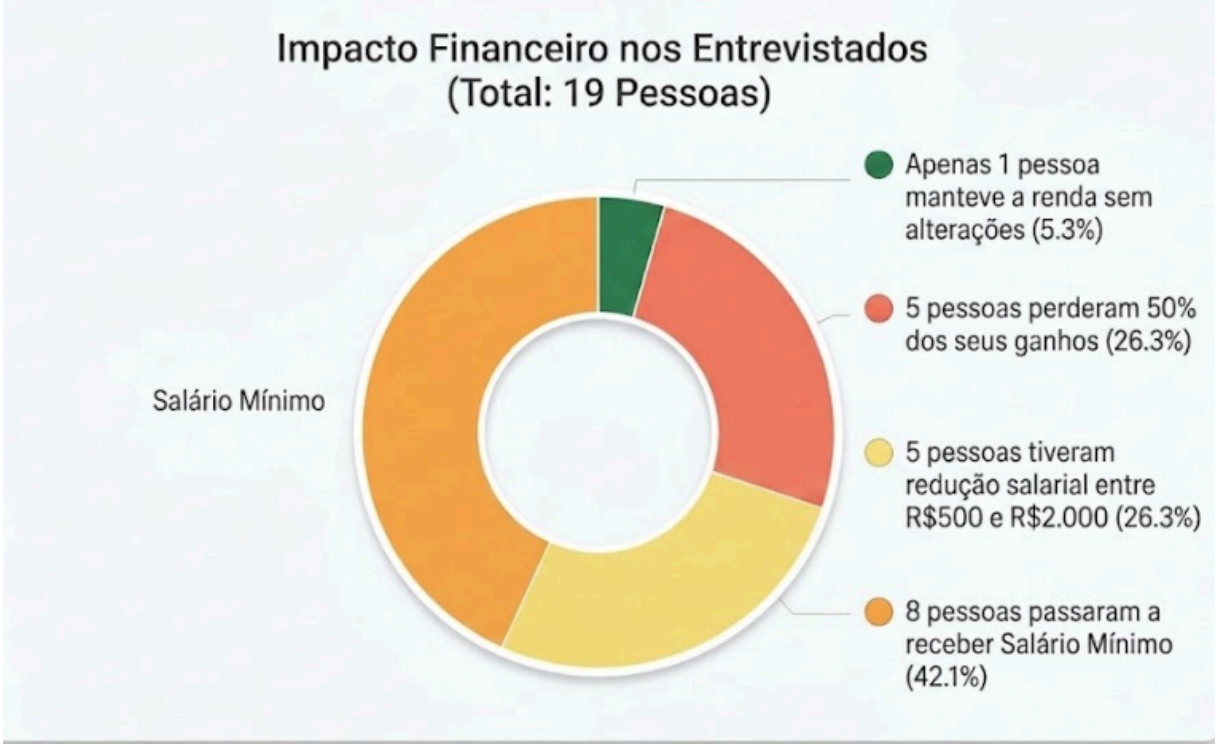


Fonte: Elaboração própria.

Com essa resposta, pode-se perceber que os pescadores do município de Luciara, seguem as normativas da Lei nº11.959, de 29 de junho de 2009, no artigo 2º, XIX - Defeso: no qual, a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie ocorre tendo como motivação a reprodução, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais. (Brasil, 2009). Pois os pescadores que realizarem a atividade fora das regras permitidas, são considerados infratores, tendo que pagar penalidades de acordo com a legislação, sendo de multa e até a detenção (Lei estadual nº9.096, de 16 de janeiro de 2009, Lei Federal nº9.605, de 12 de fevereiro de 1988, e legislações pertinentes).

Adiante, foi discutido, a média que diminui o salário dos pescadores durante o período de defeso, muitas das respostas foram as seguintes, como está mencionadas na gráfico 8.

Gráfico 8 - Média do salário dos pescadores.

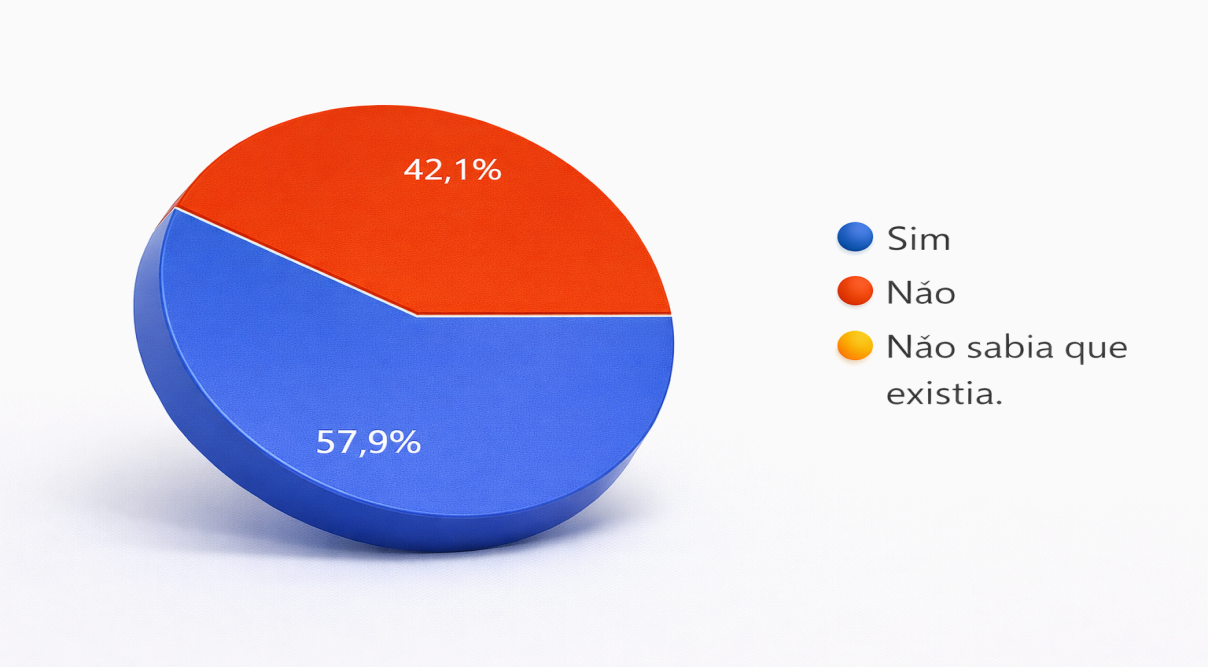


Fonte: Elaboração própria.

Como mencionado acima, a média estimada da perda de renda mensal dos pescadores durante o defeso é de R$ 1.367,42 reais, considerando as resposta numéricas e a padronização das menções ao salário mínimo de 2025, conforme o decreto nº 12.342, de 30 dezembro de 2024 (Brasil, 2024). Já o registro do Santos (2011), a média do salário mensal é de R$ 511,00, chegando no máximo a R$ 1.500,00. Além desse autor, Pedrosa (2007) inclusive registrou uma renda média mensal de R$ 490,00 na comunidade de pescadores artesanais da praia de Porto de Galinhas, em Ipojuca, Estado de Pernambuco.

Dando continuidade às entrevistas, os pescadores foram questionados sobre o recebimento do seguro-defeso. As respostas obtidas estão apresentadas no gráfico 9.

Gráfico 9 - Recebe o seguro-defeso

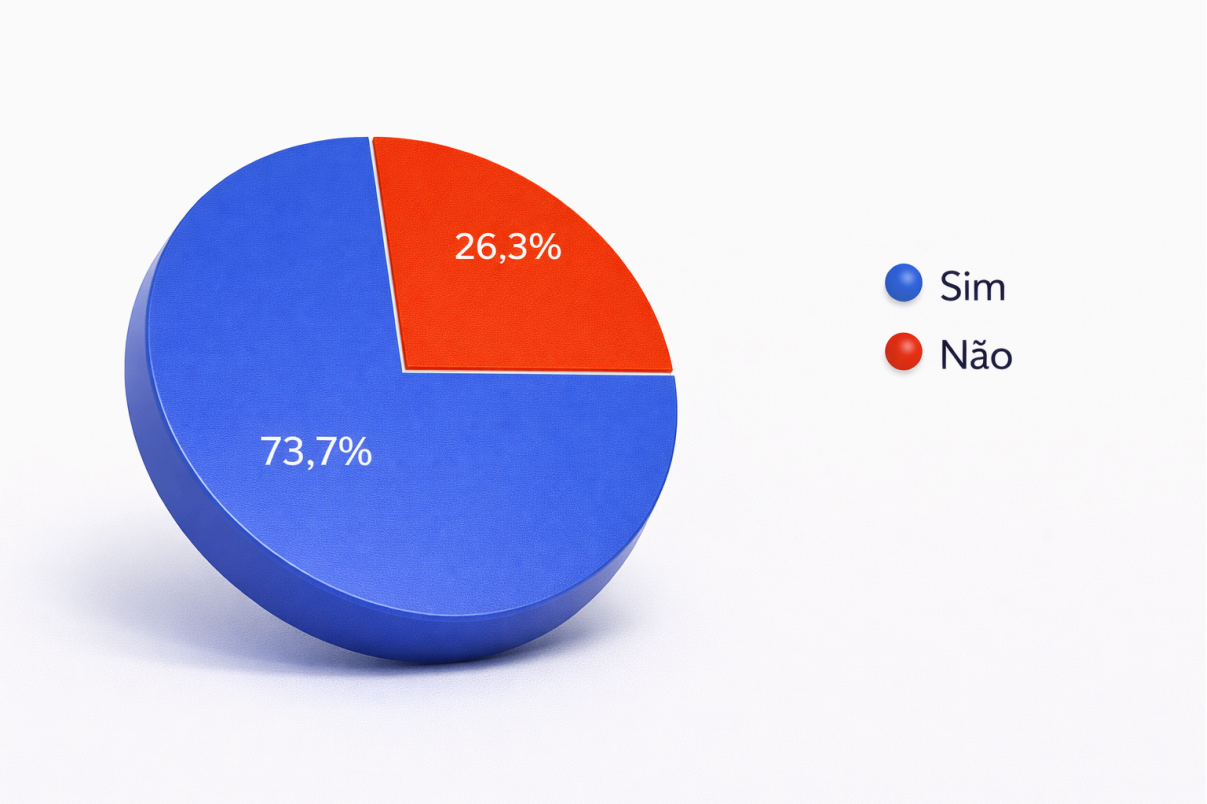


Fonte: Elaboração própria.

Com isso, das 19 respostas, 57,9% responderam que sim, já o restante responderam que não, no qual corresponde um total de 42,1%, os pescadores que responderam não, são os guias de pesca, pescadores que não tem carteirinha e/ou pescadores que que aposentaram. Desse modo, o seguro-defeso e uma política pública, que assegura o benefício para os pescadores, tendo a possibilidade de ganhar um repasse monetário do governo, durante o defeso, no qual os pescadores ficam restritos de realizar ou retirar sua subsistência dos lagos e rios, e preservar as espécies que estão no período de reprodução. (Campos; Chaves, 2014)

Posteriormente, foi questionado se os pescadores realizavam outras atividades para complementar suas rendas durante o período de defeso, no qual as respostas estão apresentadas no gráfico 10.

Gráfico 10 - Durante o defeso, você realizar alguma atividade complementar

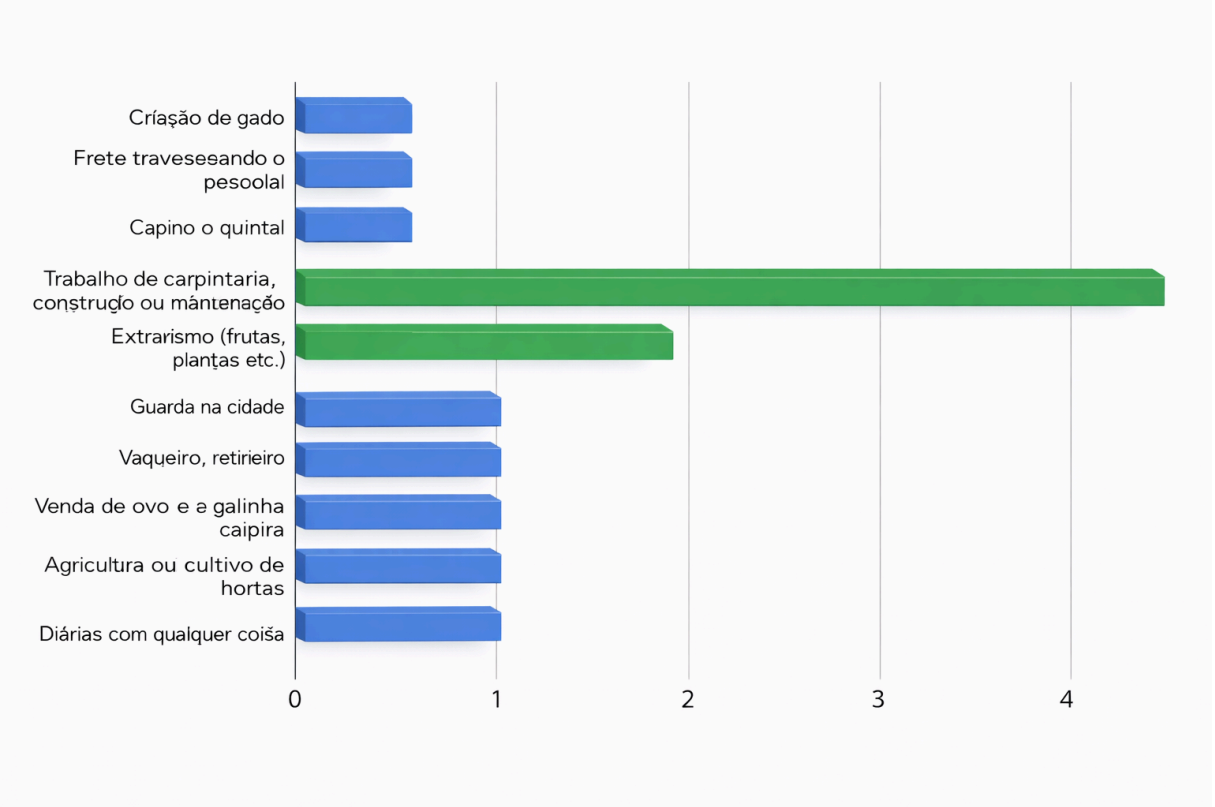


Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o gráfico mencionado acima, 73,7% dos pescadores buscam uma atividade para complementar sua renda durante o período de defeso, que vai do início de outubro até o final de fevereiro de cada ano. Desse modo, pode-se confirmar o estudo de Simão (2023) ao salientar que os pescadores recorrem à venda de outros produtos, sendo a agricultura um meio de manutenção da sua renda, destacando assim, produtos extraídos da natureza, como frutos alimentícios e produtos processados como a farinha.

Adiante, foi questionado aos pescadores sobre quais as atividades eles realizam para complementar a renda durante a piracema, cujas respostas estão apresentadas no gráfico 11.

Gráfico 11 - Quais as atividades realizadas para complementar a renda.

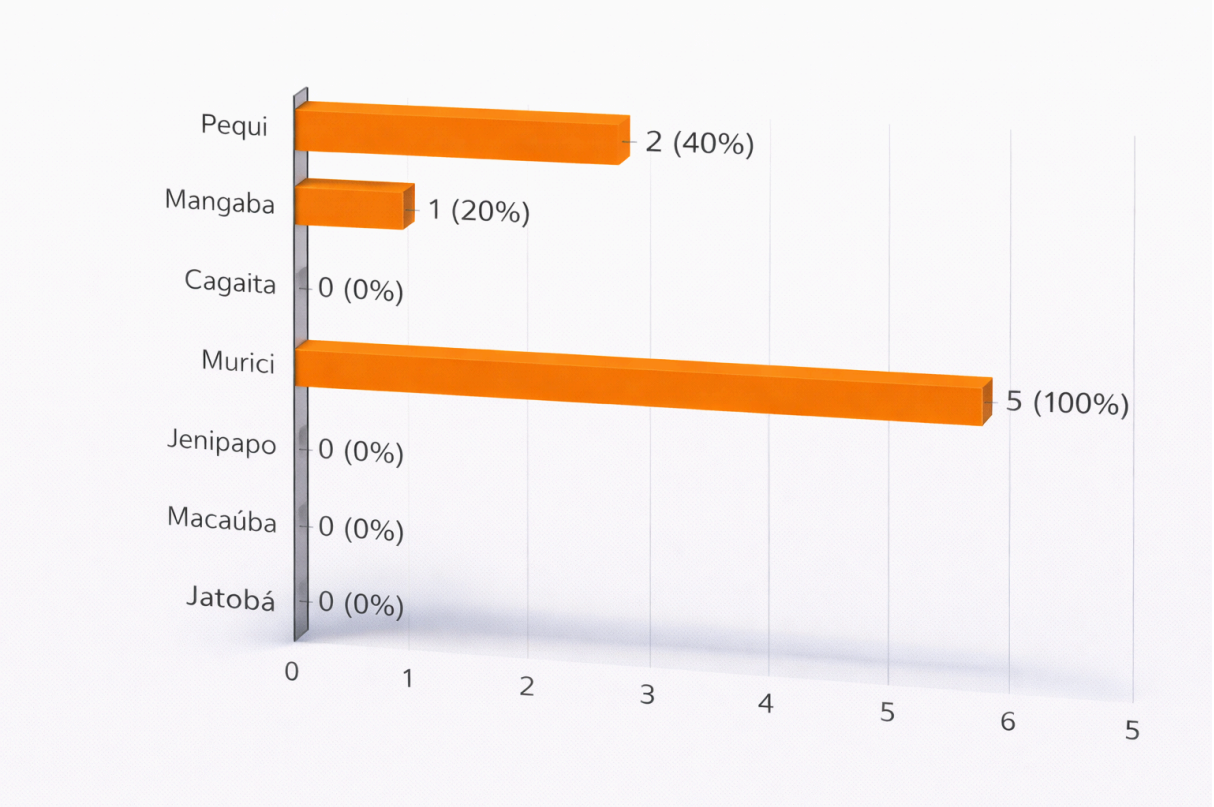


Fonte: Elaboração própria.

Com isso, pode-se perceber que 26,7% dos entrevistados responderam que trabalham com carpintarias, construção ou manutenção, em seguida com 13%, estão extrativismo/ frutas do cerrado, no qual alguns pescadores relataram que vão até o varjão[6], para realizar a captura desses frutos. Com essa resposta, tive a oportunidade de perguntar quais desses frutos nativos da região os pescadores costumavam coletar no cerrado, conforme representado no gráfico 12.

[6] Varjão: termo refere-se a extensas áreas de várzea, terrenos planos, baixos e úmidos que se alagam durante a época de chuvas e secam no período de estiagem.

Gráfico 12 - Quais são os frutos coletados do cerrado.



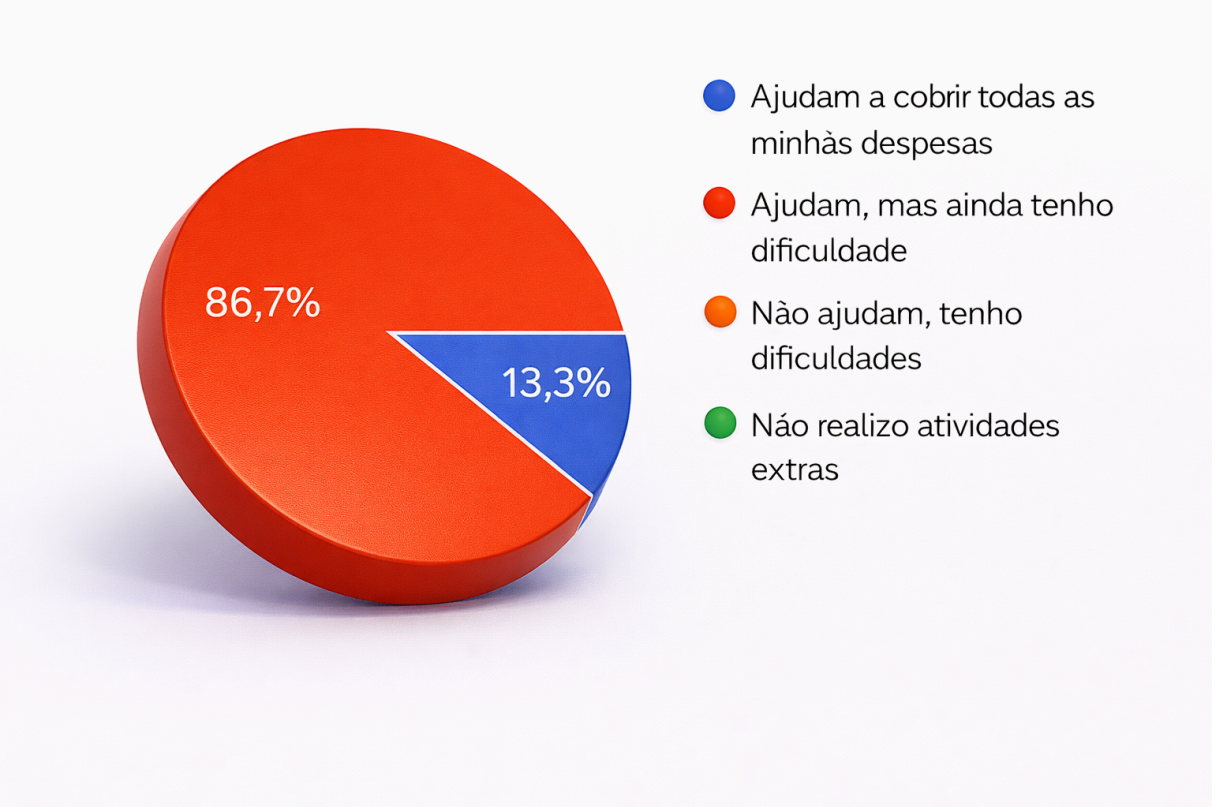
Fonte: Elaboração própria.

O fruto que mais se destacou nas resposta foi o Murici[7] (Byrsonima crassifolia), esse fruto pode ser encontrado no cerrado e nas regiões semiáridas, ele é rico em fibras, cálcio, fósforo, ferro, vitaminas C, B1 e B2 e niacina. Tendo um sabor agradável, pode ser consumido *in natura*, mas também pode ser beneficiado em forma de sucos, picolés, licores e geleia.

Posteriormente, foi perguntado como essas atividades extras influenciam na renda dos pescadores durante o período de defeso, nas respostas 86,7% dos entrevistados relataram que ajudam, mas ainda tenho dificuldade, e apenas 13,3%, ressaltaram que ajudam a cobrir todas as despesas, durante o período, como está ilustrado na gráfico 13:

[7] Cerratinga: Murici: Link disponivel em: https://www.cerratinga.org.br/especies/murici/

Gráfico 13 - Como essas atividades extras influenciam sua renda no defeso.



Fonte: Elaboração própria.

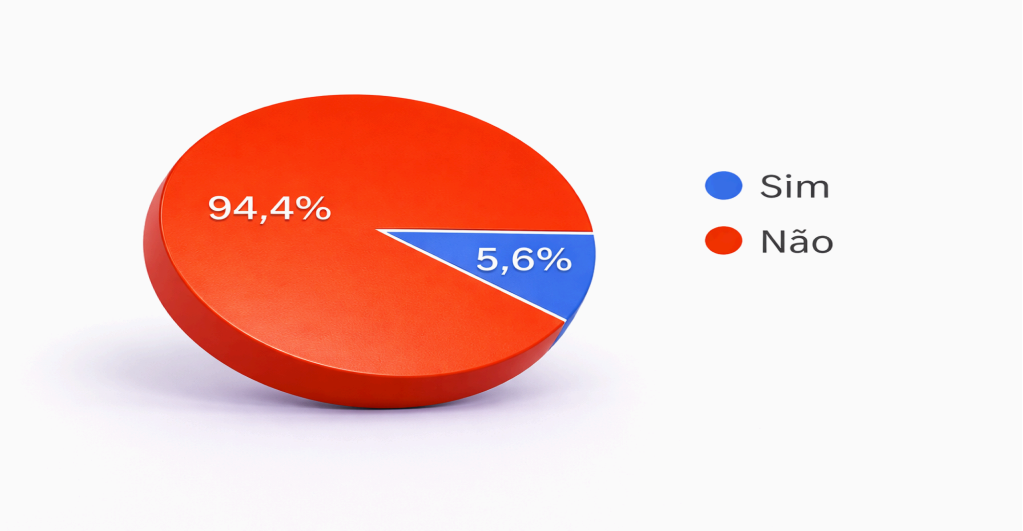
Com isso, quando a pesca é proibida no município para reprodução dos peixes, a rotina das famílias de luciara muda por completo e a preocupação com o orçamento aperta, já que 94,7% dos entrevistados relatam uma queda imediata na renda mensal. Para garantir o pão de cada dia, 73,7% desses pescadores precisam se reinventar através de carpintaria, pequenos serviços em construção civil ou realizar coleta de frutos do cerrado, como murici. Essa busca por alternativas para contornar a escassez não é exclusividade do Médio Araguaia. Santos et al. (2011) constataram que no Maranhão, pelo menos 20% dos pescadores não conseguem sobreviver apenas com o que vem da água, se destronando em funções como pedreiros e pequenos comerciantes para manter suas casas.

Essa necessidade de diversificar o sistema nos mostra que as políticas públicas de transferência de renda, embora fundamentais, ainda deixam lacunas na vida prática dos pescadores. No estado de Mato Grosso, um paralelo interessante pode ser feito com o estudo de Martins et al. (2015) sobre os agricultores feirantes de Tangará da Serra. Os autores observaram que, mesmo contando com o apoio de programas de fortalecimento como o PRONAF, os recursos muitas vezes não cobrem todas as necessidades diárias, o que obriga as famílias a buscarem outras fontes de ganho.

Além disso, os resultados encontrados diferem dos observados por Pedrosa (2007), em que verificou maior participação dos pescadores em atividades diretamente ligadas a própria cadeia produtiva de pesca, como a proibição de redes e outros apetrechos utilizados na atividade. Já em Luciara, percebe-se uma diversificação mais ampla das fontes de renda, mostrando que os pescadores buscam diferentes estratégias para enfrentar as dificuldades econômicas enfrentadas durante o período de defeso.

Em seguida, as perguntas abordaram sobre as políticas públicas e a percepção dos entrevistados sobre o tema. Ao serem questionados se conheciam algum programa do governo voltado à pesca artesanal ou à pesca esportiva, 94,4% afirmaram não ter conhecimento sobre políticas públicas direcionadas ao setor, além do período do defeso. Esses dados estão apresentados no gráfico 14 e evidenciam um distanciamento significativo entre as ações governamentais e a realidade vivenciada pelos pescadores.

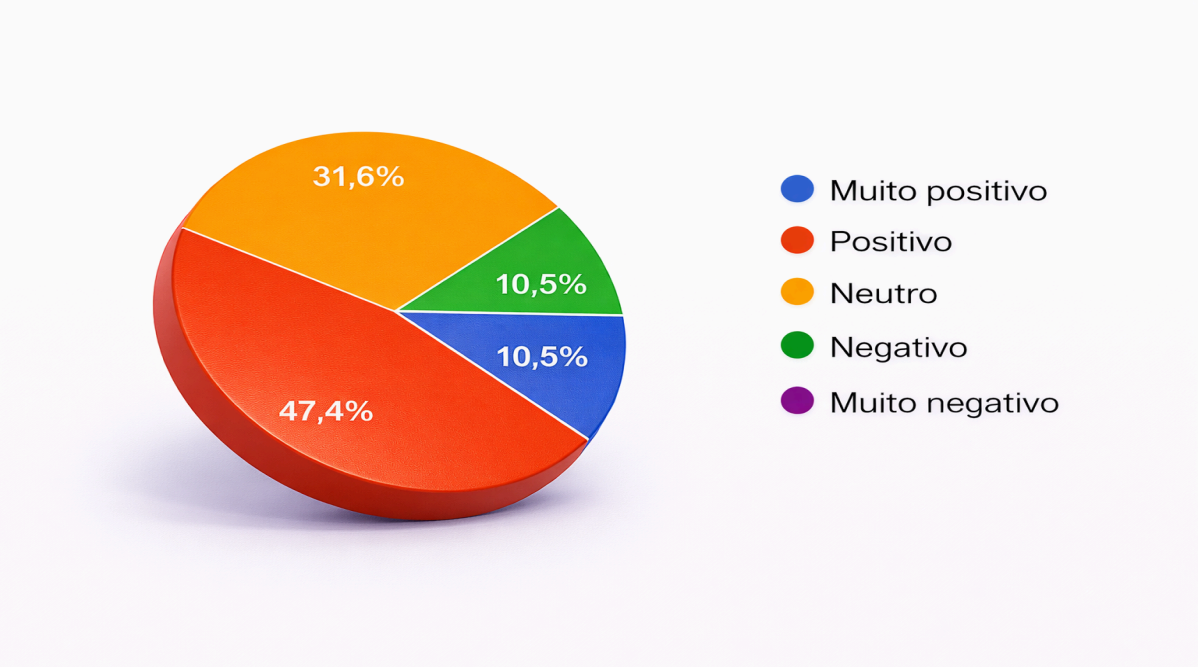
Gráfico 14 - Você conhece algum outro programa do governo voltado para a pesca



Fonte: Elaboração própria.

Na sequência, os pescadores foram questionados sobre como avaliam o impacto do seguro-defeso em sua qualidade de vida. Os resultados mostram que 47,4% consideram o impacto positivo. Outros 10,5% avaliam como muito positivo, demonstrando que, para uma parcela significativa, o benefício contribui de forma relevante nesse período. Por outro lado, 31,6% mantiveram uma posição neutra, enquanto 10,5% apontaram o impacto como negativo. Esses dados estão apresentados no gráfico 15, revelam percepções diversas sobre a importância do seguro-defeso na vida dos entrevistados.

Gráfico 15 - Como você avalia o impacto do seguro-defeso na sua qualidade de vida.



Fonte: Elaboração própria.

Adiante, os pescadores foram perguntados sobre quais sugestões apresentariam para melhorar a renda durante o período de defeso. Dos 19 entrevistados, 14 contribuíram com as propostas de melhoria, enquanto os demais não apresentaram sugestões. As respostas registradas estão organizadas e apresentadas na tabela 1.

Tabela 1 - Sugestão para melhorar a renda durante o período de defeso

Categoria	Respostas	Frequência
Sem sugestão / Não soube opinar	"Não tem; Depende do governo; Não; Não teve".	5
Regularidade e prazo de pagamento	"Cair o pagamento em dia; Pagar no dia o recurso para /os pescadores; Sair no tempo certo".	3
Infraestrutura e organização	"Melhora na infraestrutura; Terminar a casa da colônia".	2
Capacitação e oportunidades	"Cursos; Capacitações para os pescadores mais jovens"	2
Gestão e normas da pesca	"Mudar a medida do peixe"	1
Melhoria do valor do benefício	"Aumentar o salário" .	1
	Total das respostas	14

Fonte: Elaboração própria.

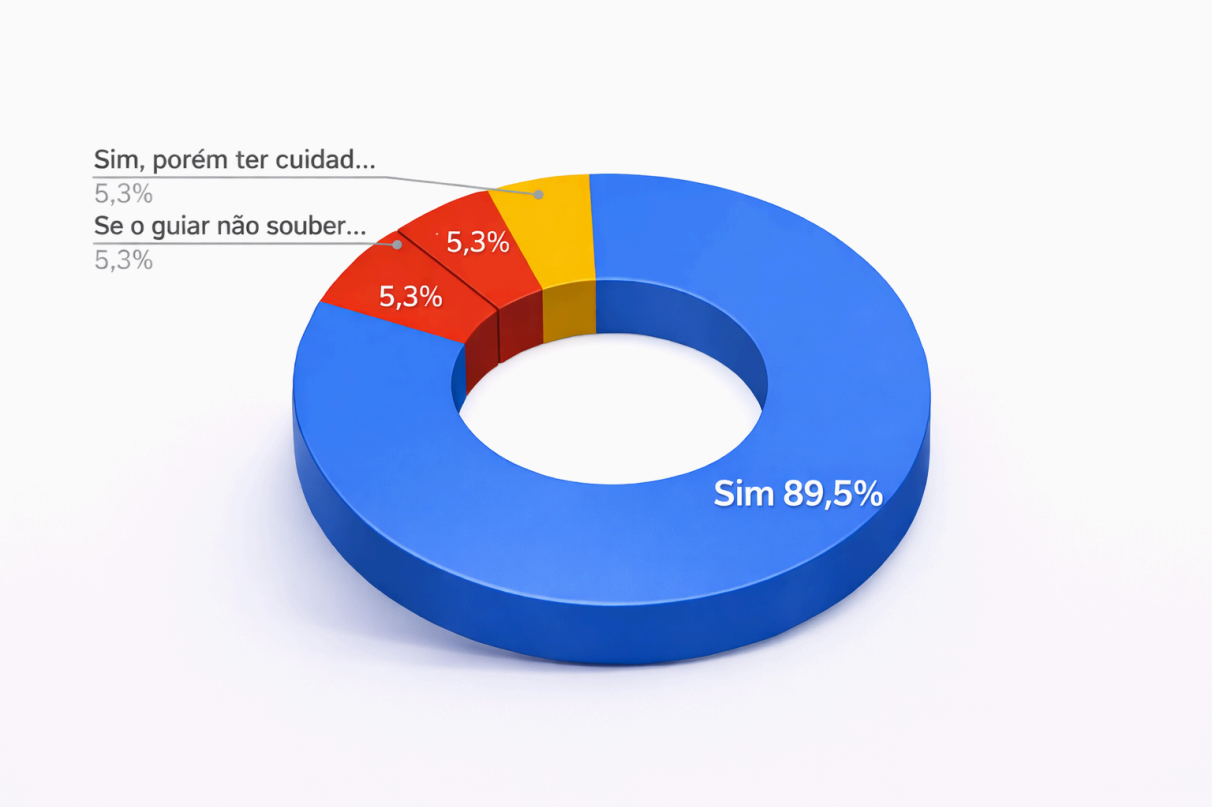
Ao observar os dados detalhados na Tabela 1, que trata das sugestões para melhoria da renda durante o defeso, nota-se que o maior volume de respostas se concentra na categoria de entrevistados que não apresentaram sugestões ou não souberam opinar um total de 5 respostas. Expressões como “Não tem”, “Depende do governo” ou simplesmente “Não teve” evidenciam uma possível falta de informação por parte da categoria ou, de forma mais profunda, a naturalização das dificuldades enfrentadas, onde o pescador muitas vezes não visualiza alternativas para além da situação atual.

Em contrapartida, a preocupação com a segurança financeira e a subsistência imediata emerge como o segundo ponto de maior relevância. As falas que reivindicam que o recurso venha a “cair o pagamento em dia” ou “sair no tempo certo” tendo um total de 3 respostas, reforçam a análise de que os atrasos e a incerteza quanto ao recebimento do benefício são os principais geradores de insegurança durante o período de proibição da pesca. Somado a isso, o desejo por um “aumento no salário” demonstra que o valor atual é percebido como insuficiente para cobrir as necessidades básicas.

Além da questão financeira direta, o levantamento revela que parte dos pescadores reconhece a necessidade de melhorias estruturais e institucionais para fortalecer a atividade. Isso fica evidente nos apontamentos sobre infraestrutura e organização, tendo um total de duas respostas, exemplificadas pelo anseio em “terminar a casa da colônia”, e na busca por capacitação, com a mesma quantidade de resposta, com foco em “cursos para os pescadores mais jovens”. Por fim, a menção isolada à necessidade de “mudar a medida do peixe” sinaliza uma visão crítica sobre a gestão e as normas da pesca, indicando que o fortalecimento da categoria passa também pela revisão de regramentos técnicos que impactam diretamente a produtividade e a sustentabilidade do trabalho.

Em seguida, focando na questão sobre a sustentabilidade, os pescadores foram questionados se a pesca esportiva contribui para a conservação do Rio Araguaia. A maioria respondeu “Sim”, totalizando 89,5% das respostas. As demais respostas tiveram um total de 5,3%, cada, no qual o (P nº14, 2025) ressaltou que a pesca contribui para a conservação “Sim, porém ter cuidado com o tempo peixe fora da água, para não matar”. Já o (P nº5, 2025) salientou o seguinte: “Se o guiar não souber mexer com os peixes, acabam matando”, conforme mencionado no gráfico 16.

Gráfico 16 - Pesca esportiva contribui para a conservação do Rio Araguaia.



Fonte: Elaboração própria.

Os pescadores que responderam que "Sim", solicitei para justificar, as principais respostas foram principalmente a importância do cuidado com os peixes e a prática do pesque e solte como fatores que contribuem para a conservação. Expressões como (P nº1, 2025) "cuidado com os peixes", (P nº2, 2025) "pegar e soltar logo" e (P nº14, 2025) "ter cuidado com o tempo fora da água" demonstram a preocupação com o bem-estar das espécies e com a manutenção das espécies no rio.

Além do aspecto ambiental, muitos entrevistados associaram a pesca esportiva à geração de renda e desenvolvimento local, mencionando benefícios como (P nº15, 2025) "renda para os guias", (P nº11. 2025) "turismo", "comércio e pousadas" e (P nº8. 2025) "desenvolvimento para o município". Desse modo, as justificativas indicam que os pescadores percebem a pesca esportiva não apenas como uma prática de conservação, mas também como uma alternativa econômica importante para o município.

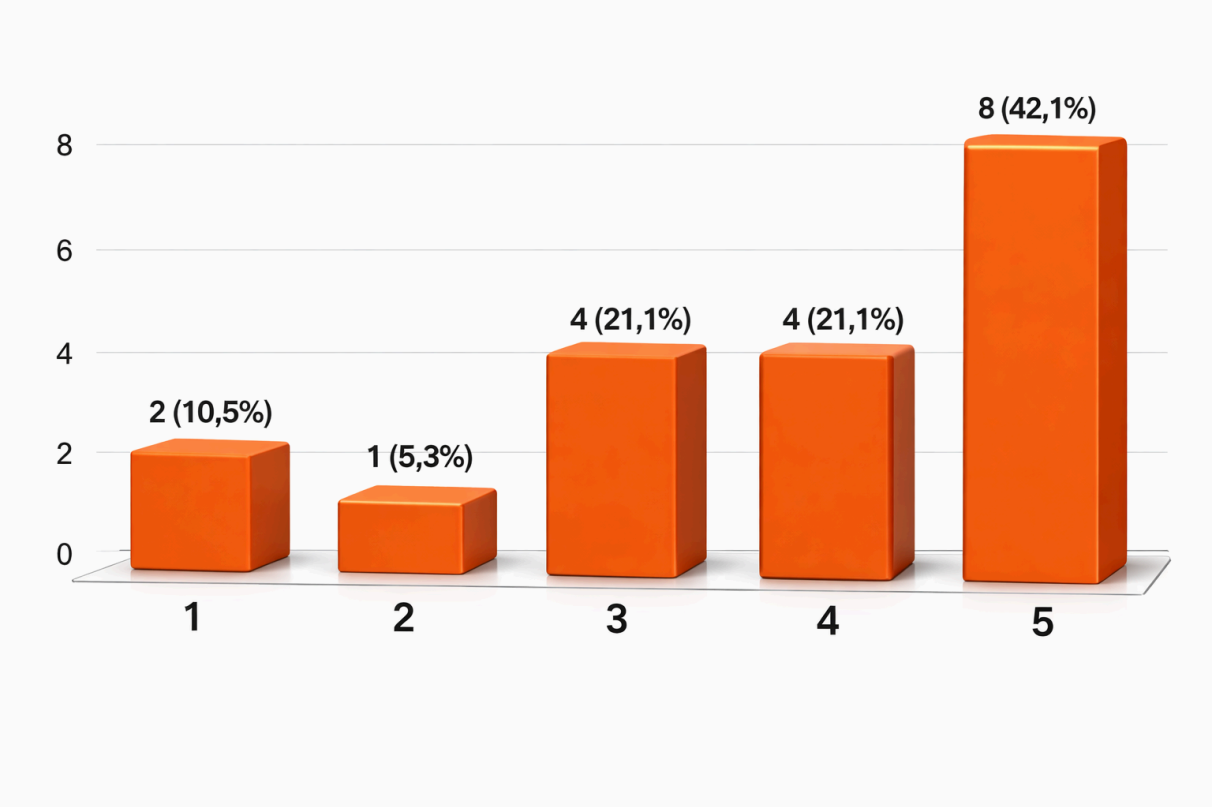
Aproveitando a pergunta anterior realizada para os pescadores, foram questionados quais as práticas de manejo são utilizadas para a conservação dos peixes na região. Foram obtidas 17 respostas, nas quais os entrevistados mencionaram a prática do pesque e solte ou a soltura dos peixes, indicando que essa é percebida como a principal estratégia de conservação adotada na região. Alguns pescadores também destacaram o cuidado no manuseio, como

evitar machucar o peixe, não deixá-lo de cabeça para baixo e segurá-lo corretamente pela boca, demonstrando conhecimento prático sobre boas práticas de manejo. Outros mencionaram, de forma mais geral, ações relacionadas à preservação e conservação dos peixes e do meio ambiente, incluindo o manejo do estoque pesqueiro.

Por outro lado, parte dos entrevistados afirmaram que não conhecem práticas de manejo ou indicou que “na região não há ações específicas, o que pode revelar lacunas de informações ou ausência de iniciativas estruturadas de manejo reconhecidas pelos pescadores”.

Posteriormente, os entrevistados foram indagados sobre o nível de importância da pesca esportiva em suas vidas. As respostas demonstram diferentes percepções, conforme apresentado no gráfico 17.

Gráfico 17 - Nível de importância da pesca esportiva na sua vida



Fonte: Elaboração própria.

Para calcular os resultados das respostas dos pescadores nessa questão acima, usei a escala linear, que vai de 1 a 5, sendo um para extremamente baixa importância e cinco para extremamente alta. Com isso, pode-se perceber que oito pescadores deram nota 5, correspondendo a um total de 42,1% das respostas. Outros quatro pescadores deram nota 4 (21,1%) e quatro nota 3 (21,1%). Em seguida, dois pescadores deram nota 1 (10,5%) e, por fim, um pescador deu nota 2 (5,3%).

Na sequência, os pescadores foram questionados sobre a pesca esportiva no município de Luciara – MT. Com isso, na tabela 2 será apresentado as respostas fornecidas pelos entrevistados, bem como a frequência com que cada uma delas foi mencionada.

Tabela 2 - A pesca esportiva gera renda ou emprego em Luciara.

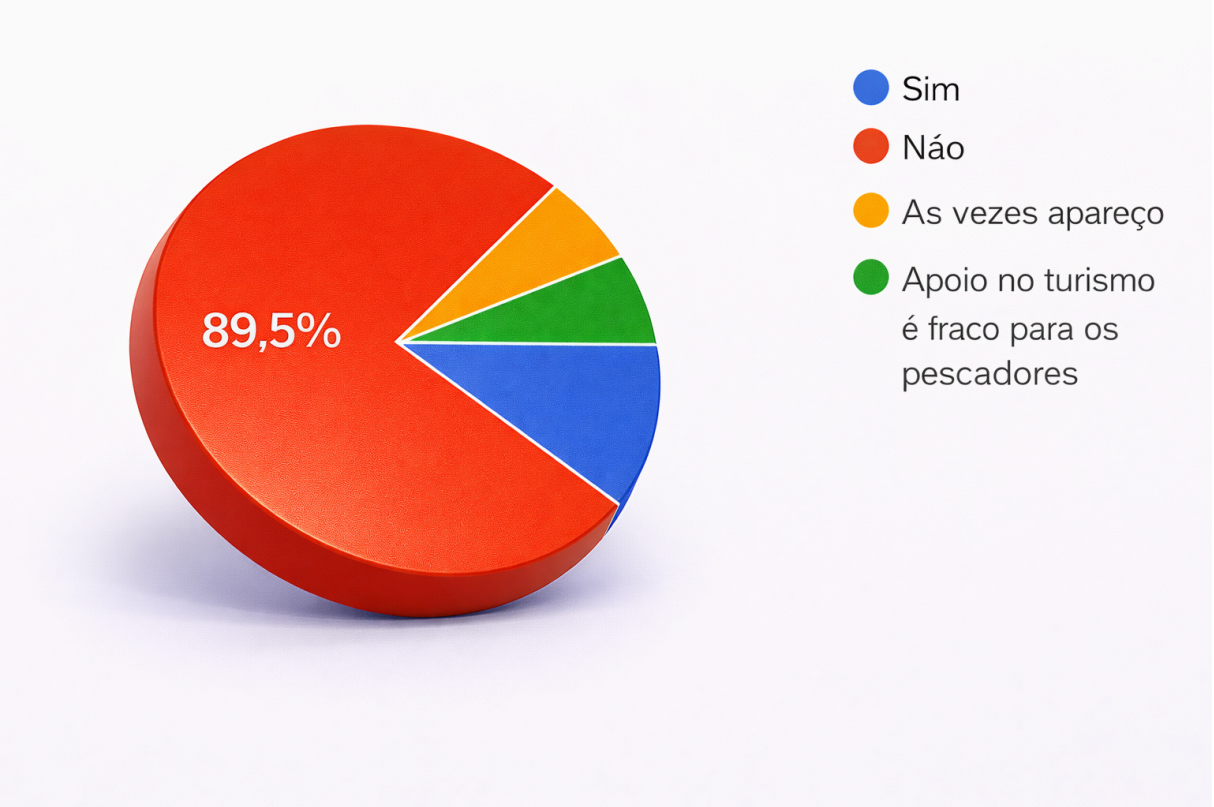
Categoria Identificada	Exemplos de Respostas	Frequência
Sim (Geral)	“Sim”; “Gera muito”; “Sim, muito”	4
Guias de pesca / guias turísticos	“Sim para quem é guia”; “Sim, para os guias turísticos”	4
Comércio local	“Sim, para os comércios”; “Sim, economia da cidade”	4
Pescadores e comércio	“Sim, para os pescadores e para o comércio”; “Sim, para cidade e para os comércios e pescadores”	3
Economia da cidade/região	“Sim, para região e é fonte de renda”; “Gera bastante, tem muita gente de fora”	2
Afirmações amplas sobre geração de renda	“Gera bastante”; “Gera muito”	2
	Total	19

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se perceber que todas as respostas indicam que a pesca esportiva é percebida como geradora de renda e emprego no município, com destaque para os pescadores, guias e comércio local.

Além dessa questão, os entrevistados também foram perguntados se existem problemas ou desafios relacionados ao turismo de pesca na região, conforme o gráfico 18.

Gráfico 18 - Existem problemas ou desafios relacionados ao turismo de pesca.

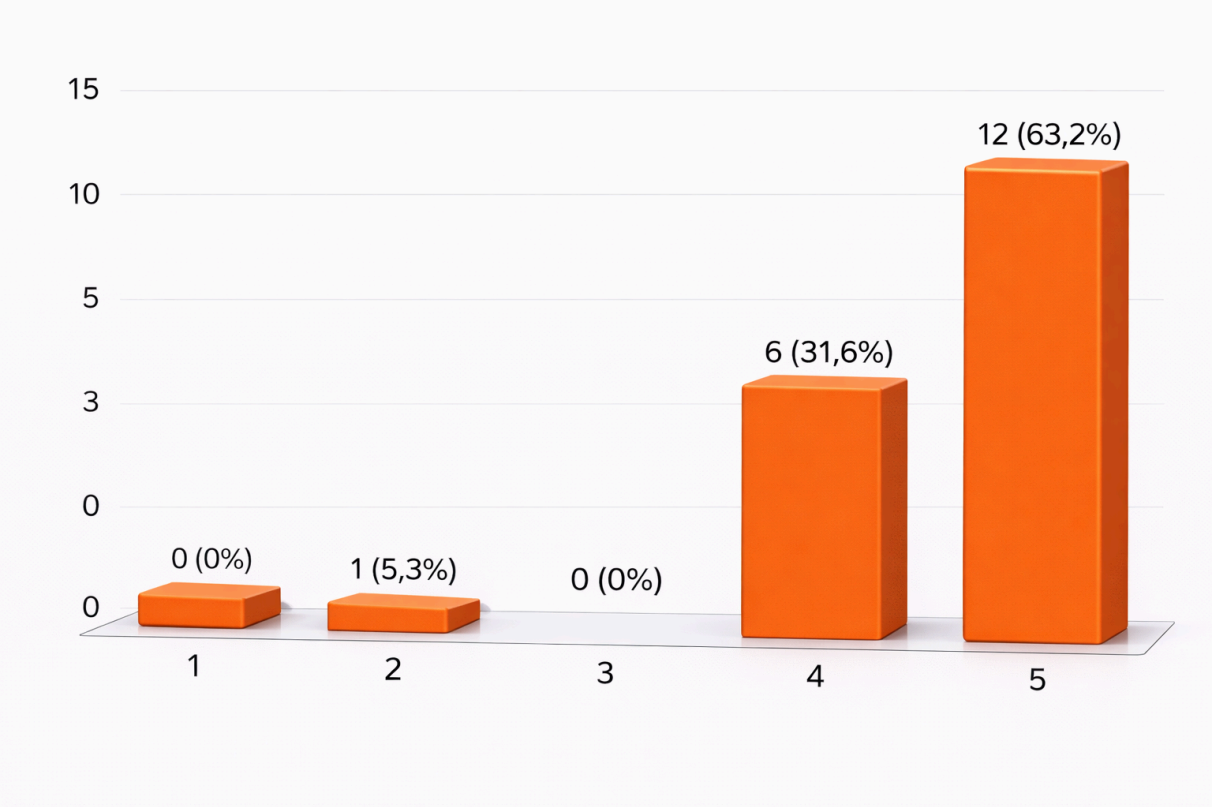


Fonte: Elaboração própria.

Das respostas obtidas, observa-se que 89,5% dos pescadores afirmaram que não percebem problemas ou desafios relacionados ao turismo da pesca na região, indicando uma visão predominantemente positiva sobre a atividade no contexto local. Vale ressaltar que houve duas respostas afirmativas “Sim”. Ao serem questionados sobre quais seriam os problemas identificados, os entrevistados mencionaram o consumo excessivo de bebidas, e a necessidade de maior apoio ao turismo e a melhoria da infraestrutura para melhor atender e comportar os turistas na região.

Seguindo a mesma metodologia de avaliação linear mencionada anteriormente, os pescadores foram convidados a atribuir uma nota de 1 a 5 para avaliar o nível de sustentabilidade atual da pesca esportiva no município de Luciara – MT. As respostas obtidas foram as seguintes, de acordo com gráfico 19.

Gráfico 19 - Nível de sustentabilidade atual da pesca esportiva em Luciara.



Fonte: Elaboração própria.

Observando o gráfico acima, percebe-se que os pescadores do município consideram que o nível de sustentabilidade atual da pesca esportiva em Luciara é alta. Ao todo, 12 pescadores atribuíram nota 5 (63,2%) e 6 atribuíram nota 4 (31,6%), enquanto apenas um entrevistado deu nota 1 (5,3%), indicando uma percepção positiva em relação à sustentabilidade da atividade.

Posteriormente, ao serem questionados sobre os aspectos positivos da pesca esportiva, observa-se no quadro 4 que os entrevistados em Luciara apresentaram uma percepção fortemente relacionada aos impactos sociais, econômicos e ambientais. Muitos pescadores destacaram o aumento da geração de renda, o maior cuidado com as espécies, o crescimento do turismo local, o fortalecimento da economia do município, além da ampliação da preocupação com o meio ambiente e da conscientização em relação ao descarte adequado do lixo.

Quadro 4 - Aspectos mais positivos da pesca esportiva em Luciara.

Aspecto identificado	Descrição das percepções dos pescadores	Frequência citadas pelos pescadores
Geração de renda e fortalecimento da economia	Aumento da renda, movimentação econômica local e benefícios financeiros para a cidade	6
Conservação e proteção das espécies	Maior cuidado com os peixes e percepção da pesca esportiva como forma de preservação	4
Turismo e valorização das paisagens naturais	Crescimento do turismo, apreciação das paisagens e observação de animais como os botos	3
Consciência Ambiental	Preocupação com o meio ambiente e incentivo a práticas mais sustentáveis	3
Geração de emprego	Criação de oportunidades de trabalho associadas à atividade turística e pesqueira	3

Fonte: Elaboração própria.

Com isso, as respostas dos pescadores apresentaram a seguinte distribuição: entre os 19 entrevistados, seis apontaram a geração de renda como o principal aspecto positivo da pesca esportiva. Quatro destacaram a conservação das espécies como benefício relevante. Além disso, três menções foram atribuídas, respectivamente, ao crescimento do turismo e à valorização das paisagens naturais, à conscientização para o cuidado com o meio ambiente e, além de criar oportunidades de trabalho relacionadas às atividades pesqueiras.

Seguindo a mesma lógica da questão anterior, os pescadores também foram questionados sobre as preocupações ou possíveis impactos negativos relacionados à pesca na região. Entre as respostas apresentadas, destacaram-se questões como a presença de lixo no rio, a necessidade de maior controle e de uma fiscalização mais rigorosa, especialmente em relação ao desrespeito ao período de defeso, além da ocorrência de pesca predatória. Alguns entrevistados, preferiram não responder à pergunta.

Na sequência, os pescadores foram questionados o que poderia ser melhorado na gestão da atividade em relação à pesca no município. As respostas foram as seguintes: necessidade de melhorias na infraestrutura, a criação de um porto para os pescadores na cidade, priorizar apenas a pesca esportiva, fiscalização mais rigorosa, o incentivo ao ecoturismo e a oferta de mais capacitações e conhecimentos específicos à profissão, especialmente para os pescadores mais jovens.

Por fim, a última pergunta para os pescadores foi a seguinte, o que o rio Araguaia

representa para você, no quadro 7 é apresentado as respostas de cada pescador.

Quadro 7 - Significado do Rio Araguaia para os pescadores.

Pescador	Resposta apresentada
Nº 1	"Minha vida"
Nº 2	"Vida. Lugar único"
Nº3	"Rio é tudo, lazer com a família"
Nº 4	"É tudo, maravilhoso"
Nº 5	"Rio Araguaia é a vida do ribeirinhos"
Nº 6	"Meu sustento do dia a dia, onde ganho meu dinheiro"
Nº 7	"Tudo, sustento da família"
Nº 8	"Renda familiar depende do rio, o turismo, pessoal da cidade depende do rio"
Nº 9	"Uma fonte de vida"
Nº 10	"Ótimo, bom demais"
Nº 11	"Fonte de alimentação e o sustento dos pescadores"
Nº 12	Sustento, renda do dia a dia
Nº 13	"Rio Araguaia representa vida"
Nº14	"Tudo, ganha pão, e tudo pra mim"
Nº 15	"Rio Araguaia é tudo sem ele não teria renda"
Nº16	"Uma vida inteira de luciarense, meu sustento"
Nº 17	"Bom, fonte de renda"
Nº 18	"Tudo de bom, Araguaia a beleza, sustentabilidade, lazer, renda"

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se, pelas falas dos pescadores, que o Rio Araguaia representa tudo em suas vidas. É através do rio que os pescadores conseguem alimentar suas famílias e do mesmo modo que encontram seus momentos de lazer. A história desses pescadores está entrelaçada ao rio: uma relação de dependência vital que desperta o sentimento de dever em cuidar do que consideram seu maior tesouro.

7. Considerações finais

Essa dissertação abordou o impacto de dois períodos distintos, tanto a pesca ativa quanto o período de defeso. O estudo foi realizado no município de Luciara no Mato Grosso, com a ideia demonstrar como os pescadores diversificam a renda durante o período de defeso, quando fica dependendo apenas do benefício disponibilizado pelo governo, mostrando suas atividades alternativas e como fazem para sustentar suas famílias durante o ano. Ao salientar as atividades complementares durante o defeso, os pescadores mencionaram que trabalham com construção civil, carpintaria, manutenção e extrativismo de frutos do Cerrado. A pesquisa demonstrou que a estabilidade econômica dessas famílias não se sustenta exclusivamente pelo benefício do governo, mas sim por um conjunto de estratégias adaptativas construídas a partir das condições locais e das oportunidades disponíveis na região. Portanto, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre a dinâmica da pesca vinculado ao Rio Araguaia, mostrando sua complexidade entre o trabalho, renda e políticas públicas no contexto dos ribeirinhos.

Além de tudo, os pescadores do município, revelam mais do que números e dados, eles demonstram suas histórias de vida, tradições e a força de um povo que tem no Rio Araguaia muito mais que um meio de sustento, mas uma verdadeira extensão do próprio lar. A pesca, nesse ponto de vista, é o elo que une famílias, gerações e modos de vida em uma teia de relações sociais e culturais. Com os dados coletados, percebe-se um perfil de pescadores que mostra uma comunidade marcada pela simplicidade e pela experiência. Mesmo tendo baixos níveis de escolaridade, há um conhecimento empírico valioso, moldado por anos de convivência com o rio e suas variações. A figura do pescador aparece como o centro da vida familiar, símbolo de resistência e continuidade de saberes que passam de pai para filho.

Durante o período da pesca ativa, a chegada do turismo transforma o cenário. A pesca esportiva movimenta o comércio, fortalece a economia local e cria oportunidades, sem que os pescadores percam sua identidade artesanal. Essa convivência entre tradição e turismo mostra um equilíbrio delicado, onde o respeito ao rio e às espécies é fundamental para que o ciclo de vida, tanto natural e social continue. Já nos meses de defeso, a realidade muda. A redução da renda traz insegurança e exige criatividade para garantir o sustento da família. Muitos se reinventam em outras atividades, como carpintaria ou o extrativismo, especialmente do fruto do murici, mas a instabilidade continua. Embora o seguro-defeso seja essencial, ainda é insuficiente e de difícil acesso para parte dos pescadores, revelando lacunas nas políticas públicas voltadas ao setor.

Apesar disso, o sentimento coletivo é de esperança e pertencimento. Os pescadores

acreditam na importância da preservação e vêem na pesca esportiva uma aliada da sustentabilidade, especialmente quando praticada com consciência e respeito à natureza. Suas sugestões de ter mais fiscalização, infraestrutura e capacitação, não são simples pedidos, mas desejos para continuar vivenciando o rio, de forma digna e sustentável.

Dialogar com as histórias realizadas e trazidas por Anjos et al. (2010), Santos et al. (2011) e Martins et al. (2015), permite enxergar que os desafios enfrentados no município de Luciara fazem parte de uma teia muito maior que envolve a valorização da agricultura e da pesca no nosso país. Também fica evidente que fortalecer os povos ribeirinhos exige ir muito além do repasse de um benefício financeiro, exige investimento reais em infraestrutura local, apoio a colônia, escutar atento os pescadores e ter capacitação para os jovens possam dar continuidade a essa tradição com orgulho e conhecimento. Como bem lembrado por Santos et al. (2011), dar voz a essas comunidades e compreender suas formas de vida é o único caminho para desenhar políticas públicas que façam sentido na prática.

No fim, o que mais destaca é o laço que une os pescadores ao Rio Araguaia. Para eles, o rio é “vida”, “sustento” e “história”. Valorizar essa conexão é essencial para que a pesca siga existindo, não apenas como atividade econômica, mas como parte da identidade cultural e ambiental da região. O desafio está em fortalecer políticas que respeitam essas vivências, garantindo às comunidades ribeirinhas o direito de permanecer e prosperar em seu território.

Além disso, a temática tratada demonstra amplo potencial para aprofundamentos futuros, especialmente no que se refere às políticas de proteção social, e à sustentabilidade da pesca e às transformações econômicas relacionadas ao turismo da pesca. Com isso, trata-se de uma investigação que ainda apresenta lacunas relevantes e que pode ser explorada por outros pesquisadores interessados na temática de pesca, desenvolvimento regional e gestão dos recursos naturais.

8. Referências

ANDRELLO, G.; LOLLI, P.; MEIRA, M. Temporalidades e interações socioambientais no noroeste amazônico. Parte II. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v.19, n.3, e20240084, 2024. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/0ad00561.pdf. Acesso em: 26 jul. 2025.

ANJOS, Marcos Henrique Garcia dos; AMÂNCIO, Cristhiane; BANDUCCI JUNIOR, Álvaro; LOPES, Fânia. Análise do Perfil Socioeconômico dos Pescadores Profissionais Artesanais dos Municípios de Aquidauana e Anastácio/MS. In: 5º Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal (SIMPAN), Corumbá, MS, 2010. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/881034/1/010RE.pdf

AMORIM, A. F; PIMENTA, E. G; REZENDE, M. F; ARFELLI, C. A. Projeto Marlim: sustentabilidade da pesca esportiva oceânica brasileira (1979-2010). **Revista Brasileira de Ergonomia,** v. 7, n. 1, p. 20-30, 2012.

AZEVEDO, N. T.; PIERRI, N. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 32,p. 61-80, 2014.

ARLINGHAUS, R.; COOKE, S. J. Global impacts of recreational fisheries. **Science**, v. 307, n. 5715, p. 1561-1563, 2005. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1126/science.307.5715.1561

ARLINGHAUS, R. *et al*. Understanding the complexity of catch-and-release in recreational fishing: an integrative synthesis of global knowledge from historical ethical, social, and biological perspectives. **Rev. Fish. Sci**., v. 15, n. 1-2, p. 75-167, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1080/10641260601149432.

BATISTA, V. S.; CHAVES, M. P. S. R.; FARIA JUNIOR, C. H.; OLIVEIRA, M. F. G.; INHAMUNS DA SILVA, A. J.; BANDEIRA, C. F. Caracterização socioeconômica da atividade pesqueira e da estrutura de comercialização do pescado na calha Solimões-Amazonas. In: **O setor pesqueiro na Amazônia:** análise da situação atual e tendências do desenvolvimento da indústria da pesca. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas; IBAMA/ProVárzea, 2007. p. 19–57.

BATISTA, V. S.; INHAMUNS, A. J.; FREITAS, C. E.; FREIRE-BRASIL, D.

Characterization of the fishery in river communities in the low-Solimões/high-Amazon region. **Fisheries Management and Ecology,** v. 5, n. 5, p. 419–435, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEGOSSI, Alpina. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. **BEGOSSI, A. Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Hucitec**, p. 223-253, 2004.

BEGOSSI, A. **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, p. 89-148, 2004.

BEGOSSI, Alpina. Ecologia humana: **etnoecologia de populações ribeirinhas da Amazônia e da Mata Atlântica**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 1992. Disponível em: https://sites.unisanta.br/fisheriesandfood/pdf/2004/2004-ecologia-de-pescadores-da-mata-atlantica-e-da-amazonia.pdf.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca no Brasil:** aspectos tecnológicos e socioeconômicos. Brasília, DF: Ministério da Pesca e Aquicultura. Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/pesca-no-brasil Acesso em 28 jan. 2025

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm Acesso em: 28 jan. 2025

BRASIL. **Solicitar registro de pescador amador**. Brasília, DF: Governo do Brasil. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/temas/solicitar-registro-de-pescador-amador. Acesso em: 01 fev. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). **Seguro-defeso**: entenda o benefício para o pescador artesanal. Brasília, DF: INSS. Disponível em: https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/seguro-defeso-entenda-o-beneficio-para-o-pescador-artesanal . Acesso em: 02 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm#art37 . Acesso em: 02 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.342, de 30 de dezembro de 2024**. Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12342.htm. Acesso em: 02 fev. 2026

BRASIL. Lei nº 7.653, de 12 de fevereiro de 1988. Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 fev. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7653.htm

CAMPOS, André Gambier; CHAVES, José Valente. Seguro defeso: problemas enfrentados pelo programa. 2014. Disponivel em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/0d3fcb10-4b3a-4b4b-8df2-cef30c9e4003

CAMPOS, A. G.; CHAVES, J. V. Seguro defeso: diagnóstico dos problemas enfrentados pelo programa. IPEA, Brasılia, Brasil [em linha]. 2014. link de acesso: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/8b3f09ec-0608-4e7d-8122-463a52662b6b/content

CALDIERARO, F.; FREITAS, H.; PETRINI, M.; POZZEBON, M. **Sistemas de informação de marketing**: uma aplicação e seus resultados. Porto Alegre: PPGA/UFRGS, 1998.

CAMINHAS, A. M. T. A prática do pesque-e-solte sob a perspectiva dos estudos de bem-estar de peixes: perspectivas de um debate ético científico. **Revista Panorâmica On-Line**, v. 19, p. 10-22, 2015.

DA SILVA, A. P. *et al*. **Pesca artesanal brasileira:** aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. 2014. Disponível

em:https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/995345/1/bpd3.pdf

DA SILVA MOTA, J. Utilização do google forms na pesquisa acadêmica. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 12, p. 371-373, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1106>. Acesso em: 2026

DE SOUSA, J. R.; DOS SANTOS, S. C. M. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, P. S. V. Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil. Nupaub- USP São Paulo: **PROBIO- MMA**, 1999. 211 p.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. 1983. Disponivel em: https://agris.fao.org/search/en/providers/122621/records/647396bf3ed73003714cebdb

DONALDSON, Michael R. et al. Contrastando espécies globais de peixes de caça e peixes não-de-caça. **Fisheries** , v. 36, n. 8, p. 385-397, 2011.

DA MOTTA, Franciane Cristine Zaina; DE LARA, Julio Cezar; GUIMARÃES, Thiago Silva. PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS DE CÁCERES-MATO GROSSO: POSSÍVEIS EFEITOS FINANCEIROS E SOCIAIS A PARTIR DA LEI DO TRANSPORTE ZERO. **Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 1, p. 148-163, 2024.

DA SILVA, A. P. *et al*. Pesca artesanal brasileira: aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. 2014. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/995345/pesca-artesanal-brasileira-aspectos-conceituais-historicos-institucionais-e-prospectivos

DO NASCIMENTO, Stefany Aparecida Porto *et al*. A PESCA COMO FONTE DE RENDA PARA UMA MULHER EM CÁCERES, MT. **Revista de Comunicação Científica**, v. 4, n. 17, p. 179-191, 2024.

EMBRAPA PANTANAL. Nota Técnica sobre a Lei nº 12.197/2023 (Transporte Zero). Corumbá: Embrapa, 2023. Disponível em: https://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/NT15_2023_MPA_AGU_Lei_Pesca_12197.pdf

EMBRAPA PANTANAL. I Simpósio Nacional da Pesca Esportiva: Uso múltiplo dos recursos pesqueiros como estratégia para conservação, 2011, Disponível em:

https://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2011_ISINPE.pdf

FERREIRA, R.; OLIVEIRA, A. O turismo de pesca no Mato Grosso: uma análise socioambiental. ResearchGate, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/360565889_O_turismo_de_pesca_no_Mato_Grosso_uma_analise_socioambiental

FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. **Sustainable small-scale fisheries and livelihoods**. 2022. Disponível em: https://www.fao.org/sustainable-development-goals/indicators/14-7-1/en/.

FAO. The state of world fisheries and aquaculture. Rome: Food and Agricultural Organization of the United Nations; 2010. Disponivel em: https://www.fao.org/4/i1820e/i1820e.pdf

FREITAS, H. M. R.; MOSCAROLA, J. Análise de dados quantitativos e qualitativos: casos aplicados. Porto Alegre: **Sphinx Consultoria**, 2000. 182 p.

FREIRE, K. M.; MACHADO, M. L.; CREPALDI, D., Overview of Inland Recreational Fisheries in Brazil, **Fisheries** 37:11, 484-494, Dec 2012. ISSN 0363-2415.

FREIRE, K. M. F. et. al. Brazilian recreational fisheries: current status, challanges and future direction. **Fisheries Management and Ecology**, v. 23, n. 3-4, p. 276-290, 2016.

GARRONE NETO, D.; CORDEIRO, R. C.; HADDAD Jr., V. Acidentes do trabalho em pescadores artesanais da região do Médio Rio Araguaia, Tocantins, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 795-803. Disponivel em: https://www.scielosp.org/pdf/csp/v21n3/13.pdf

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: Canico. Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/artes_de_pesca/artesanal/aparelho_com_anzol/canico.pdf>. Acesso em: 7 de fev.2024.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: Linha de

Mão. Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/artes_de_pesca/artesanal/aparelho_com_anzol/linha_fundo_linha_mao.pdf>. Acesso em: 7 de fev.2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE-cidades. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/luciara/panorama>. Acesso em: 7 de fev. 2024.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: ARTE DE PESCA. Disponível em:<https://www.icmbio.gov.br/cepsul/artes-de-pesca.html>. Acesso em: 7 de fev.2024.

JORNAL NACIONAL. Problemas no cadastro deixam pescadores sem o seguro-defeso no período de reprodução dos peixes. Link de acesso: https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/seguro-defeso-entenda-o-beneficio-para-o-pescador-artesanal

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view

LEONEL, M. A morte social dos rios – Conflito, **Natureza e Cultura na Amazônia**. Editora Perspectiva. 1998. 263p.

LOPES, Kelven *et al*. O turismo de pesca no Mato Grosso: uma análise socioambiental. **Revista Brasileira de Ecoturismo** (RBEcotur), v. 15, n. 2, 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 277 p.

MARTINS, M.L.S.; ALVIM, R.G. Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum., Belém, v. 11, n. 2, p. 379-390

MARTINS, Davi de Souza; SILVA, Camila de Deus Oliveira; OLIVEIRA, Leandro José de; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. **Análise Socioeconômica do Perfil dos**

Agricultores da Feira do Produtor de Tangará da Serra-MT. In: XXII SECIC / III SEPACE, Tangará da Serra, MT, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Leandro-Oliveira-6/publication/387172420_ANALISE_SOCIOECONOMICA_DO_PERFIL_DOS_AGRICULTORES_DA_FEIRA_DO_PRODUTOR_DE_TANGARA_DA_SERRA-MT/links/6762c21d87e1203c3344a783/ANALISE-SOCIOECONOMICA-DO-PERFIL-DOS-AGRICULTORES-DA-FEIRA-DO-PRODUTOR-DE-TANGARA-DA-SERRA-MT.pdf

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Pescadores.Pescadores Artesanais: conheça o trabalho desses profissionais que vivem da pesca e mantêm uma relação de carinho com a natureza. Disponível em: https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/pescadores-artesanais-conheca-o-trabalho-desses-profissionais-que-vivem-da-pesca-e-mantem-uma-relacao-de-carinho-com-a-natureza#:~:text=Basicamente%2C%20a%20pesca%20artesanal%20%C3%A9,fam%C3%ADlia%20e%20para%20vendas%20locais.

MOURA JÚNIOR, Francisco Tomaz Moura. Desvelando Aprendizagens: Análise Sobre O Conceito De Escala Geográfica No Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Jataí. **Revista Signos Geográfico**s, v. 3, p. 1-22, 2021.

MOREIRA, Suane Teixeira *et al*. LEVANTAMENTO DE TECNOLOGIA SOCIAL NA PESCA: ESTUDO EXPLORATÓRIO DO USO DE APETRECHOS DE PESCA EM COMUNIDADES DA REGIÃO DO SALGADO NO ESTADO DO PARÁ.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Plano Nacional da Pesca Artesanal.** Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/plano-nacional-da-pesca-artesanal

_____. **Programa Povos da Pesca Artesanal**. Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/programa-povos-da-pesca-artesanal

_____. **Programa Fortalecimento Produtivo dos Territórios Pesqueiros Artesanais.** Disponível em:https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/programa-povos-da-pesca-artesanal/programa-fortalecimento-produtivo-dos-territorios-pesqueiros-artesanais

_____. **Jovem cientista da pesca artesanal**. Disponível em:

https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/programa-povos-da-pesca-artesanal/programa-jovem-cientista-da-pesca-artesanal

_____. **Governo Federal regulamenta novo modelo de concessão do Seguro-Defeso a pescadores artesanais.** Disponível em :https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-regulamenta-novo-modelo-de-concessao-do-seguro-defeso-a-pescadores-artesanais

_____. **Pesca no Brasil**. Brasília, DF: MPA, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/pesca-no-brasil.

NOGUEIRA, Laura SM; SOUZA, Doracy M.; BRÍGIDA, Ana MBS. Segurança e saúde dos pescadores artesanais no estado do Pará. São Paulo: **Fundacentro**, p. 87, 2017.

OLIVEIRA, C. C. L.; NETO, R. H. R. **Análise de sustentabilidade da atividade pesqueira artesanal no município de Coruripe/AL**. 2013. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal de Alagoas, Penedo, 2013.

PARÁ (Estado). Secretaria de Turismo. Guia de espécies de pesca esportiva. Disponível em: https://setur.pa.gov.br/material-promocional-digital

PAULA, Cristiano Quaresma de; SILVA, Christian Nunes da; SILVA, Catia Antonia da (org.). **Geografia & pesca artesanal brasileira**: volume II. Belém: GAPTA/UFPA, 2019. 308 p. Disponível em: https://www.gapta.com.br/livros

Pedrosa, R. A. (2007). Pesca, perfil socioeconômico e percepção ecológica dos pescadores artesanais de Porto de Galinhas (PE). [Dissertação de Mestrado] Recife (PE). Universidade Federal de Pernambuco.

PEDÓ, Jane Cláudia Jardim; SANTOS, Ulícia Angela Fernandes dos. Concessão do seguro defeso: uma influência na vida do pescador. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT**, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 183-194, mar. 2015. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/1922. Acesso em: 11 mar. 2026.

PINHEIRO, K. A. O. et al. Segurança do trabalho na pesca artesanal na região do salgado paraense. In: PONTES, A. N. (org.). **Meio Ambiente, Sustentabilidade e Tecnologia.** Ponta Grossa: Atena, 2020. v. 5, cap. 8, p. 88-100. Disponível em:

https://doi.org/10.22533/at.ed.4322027108. Acesso em: 11 mar. 2026.

PRYSTHON, A.; UMMUS, M. E.; TARDIVO, T. F.; PEDROZA FILHO, M. X.; CHICRALA, P. C. M. S.; KATO, H. C. de A.; DIAS, C. R. G.; PAZ, L. R. de S. A pesca artesanal no rio Araguaia, Tocantins, Brasil: aspectos tecnológicos e socioeconômicos. Rio de Janeiro: **e-Publicar**, 2022. 94 p. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/232772/1/lv-pesca-artesanal-no-rio-Araguaia.pdf.

REDE CERRADO. Categorias Comunidades. Pescadores Artesanais. Disponível em:< https://tonomapa.org.br/wp-content/uploads/2025/10/Nota-Tecnica-Povos-e-Comunidades-Tradicionais-do-Cerrado.pdf>

RODRIGUES, Tatiane Daby de Fatima Faria; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; DOS SANTOS, Josely Alves. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021.

SANTOS, J. S. dos. **Análise da sustentabilidade da atividade pesqueira da população ribeirinha do município de Macapá-AP:** um estudo de caso na comunidade do Igarapé da Fortaleza. 2017. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017. Disponível em: http://repositorio.unifap.br/jspui/handle/123456789/508

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 165-182, 2005.

SANTOS, Luiz Carlos dos. **Questionário**: Considerações gerais, 2017. Disponivel em: www.lcsantos.pro.br/

SANTOS, Paula Verônica Campos Jorge; ALMEIDA-FUNO, Izabel Cristina da Silva; PIGA, Fabíola Geovanna; FRANÇA, Victor Lamarão de; TORRES, Suzana Araújo; MELO, Carla Danielle Paixão. **Perfil Socioeconômico de Pescadores do Município da Raposa, Estado do Maranhão**. *Revista Brasileira de Engenharia de Pesca*, v. 6, n. 1, p. I-XIV, 2011. Disponivel em: https://ppg.revistas.uema.br/index.php/REPESCA/article/view/337

SALES, Abner Dias *et al*. A pesca e os pescadores artesanais no litoral amazônico brasileiro:

os casos de Bragança e Augusto Corrêa. **Extensão Rural,** v. 29, n. 1, p. e4-e4, 2022. Link disponível em : https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/70159

SILVA, M. A.; LEITÃO, A. M. Economia solidária e pesca artesanal no Brasil. **Revista de Desenvolvimento Regional**, 2012. Disponível em: https://periodicos.uea.edu.br/index.php/marupiara/article/download/3789/2181.

SILVA, C. A. Pesca artesanal, reflexões da geografia, história social na análise de geograficidades e temporalidades: por uma compreensão do método e de metodologias participativas. 1. ed. Rio de Janeiro: **Letra Capital,** 2023. Recurso eletrônico. ISBN 978-85-7785-786-9. Disponível em: https://maretorios.org/wp-content/uploads/tainacan-items/24/192/2023_silva_catia_pesca_artesanal_geografia_historia_social.pdf

SILVA, A. *et al*. Sustentabilidade econômica na pesca: práticas para desenvolvimento preservando recursos naturais. **Revista de Gestão Ambiental,** v. 10, n. 2, p. 45-60, 2012.

SOUZA, J.; SANTOS, A. Pescadores profissionais artesanais de Cáceres-MT. **Revista Brasileira de Estudos Regionais,** Cáceres: UNEMAT, 2022. Disponível em: em:https://periodicos.unemat.br/index.php/rbedrpp/article/download/13066/8807/46302?utm_source=chatgpt.com

SHRESTHA, R. K.; SEIDL, A. F.; MORAES, A. S. Value of recreational fishing in the Brazilian Pantanal: a travel cost analysis using count data models. **Ecological Economics**, v. 42, n. 1-2, p. 289-299, Aug 2002. ISSN 0921-8009.

TAVARES-DIAS, M. et al. Espécies de peixes ornamentais capturados pela pesca no estado do Amapá. 2020. Disponível em:

https://www.sidalc.net/search/Record/dig-infoteca-e-doc-1127796/Description

TROJAHN, Arthur Santariano. Pesca esportiva no Brasil: muito mais que um esporte. 2021. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/235585/001137929.pdf;jsessionid=28CB7DFDE8EE966633F9D7367E858136?sequence=1

VERGARA, S.C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 3 ed. São Paulo:

Atlas, 2000.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

Apêndice I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a) participante, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa de mestrado, intitulada: **Pesca Artesanal: estudo de caso sobre renda de pescadores em Luciara, Mato Grosso**, no qual se encontra em andamento no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) pelo discente Robson Santos da Silva, matrícula: 241126802, com orientação do professor Reinaldo José de Miranda Filho, docente da Faculdade UnB Planaltina (FUP) da Universidade de Brasília (UnB), matrícula 1043048.

Procedimento de estudo:

A pesquisa será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com roteiro definido, para realizar o registro das experiências de vida e de trabalho dos (as) pescadores (as). Além disso, os participantes poderão fazer observações para contribuir com a compreensão mais aprofundada dos impactos dos períodos de pesca ativa e do defeso no município de Luciara, Mato Grosso. As entrevistas poderão ser registradas por escrito ou gravadas, sempre com autorização prévia do (a) participante.

Benefícios/Riscos/ Responsabilidade

A participação neste estudo não oferece benefícios aparentes ao (à) entrevistado (a). O presente questionário não oferece risco à sua saúde física, mental ou emocional. Caso se sinta desconfortável, você poderá pedir para não ser entrevistado (a). Você tem o direito de ser esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar, e estará livre para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Sua participação voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade.

Custos/Reembolso:

Você não terá nenhum gasto e não receberá pagamento com a sua participação no estudo.

Caráter Confidencial dos Registros:

A sua identidade será mantida em sigilo, assegurando a sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos nos questionários. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados em reuniões científicas e/ou em artigos de pesquisa ou de divulgação científica publicados em revistas acadêmicas, mas mantendo o anonimato dos (as) participantes. Os

dados coletados nesta pesquisa ficarão arquivados por pelo menos 5 (cinco) anos.

Divulgação dos Resultados e Acesso:

Todos (as) os (as) entrevistados (as) nesta pesquisa poderão conhecer os resultados finais (ou parciais) do projeto.

Participação:

Sua participação é muito importante e voluntária. Dessa forma, a interrupção de sua participação pode ser também voluntária, da mesma forma que pode ser recomendada pelos membros da equipe do projeto, caso algum conflito de interesse ou conduta antiética seja identificada.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, abaixo assinado, declaro que fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela equipe sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento sem que isto leve a qualquer penalidade:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, abaixo assinado (a), declaro que fui devidamente informado (a) sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos. Sei que posso interromper minha participação a qualquer momento, sem que isso traga qualquer prejuízo ou penalidade.

Entrevistado (a): _____

Telefone: ( ) _____ E-mail: _____

Entrevistador (a): _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Autorizo a divulgação da entrevista concedida para a pesquisa em andamento:

Em caso de dúvidas a respeito dos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

E-mail: robson1398@gmail.com ou robson.cegafi@gmail.com

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela equipe responsável na UnB e a outra será fornecida ao (a) entrevistado (a).

Distrito Federal_____de_____de 202__.

Apêndice II

Questionário - Pesquisa sobre a Pesca Artesanal em Luciara - MT

Este questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado da Universidade de Brasília (UnB), com o objetivo de entender os impactos do período da pesca ativa e defeso na vida dos pescadores em Luciara - MT.

As informações fornecidas são confidenciais e utilizadas apenas para fins acadêmicos. Agradecemos sua colaboração!

1. Nome do (a) (Pescador (a):

2. Faixa Etária:

3. Profissão ou ocupação principal:

4. Gênero

   Marcar apenas uma oval.

   - ☐ Masculino
   - ☐ Feminino
   - ☐ Outros

5. Qual e o nível de escolaridade

   Marcar apenas uma oval.

   - ☐ Ensino Fundamental incompleto
   - ☐ Ensino Fundamental completo
   - ☐ Ensino Médio incompleto
   - ☐ Ensino Médio completo
   - ☐ Superior incompleto
   - ☐ Superior completo
   - ☐ Pós graduação
   - ☐ Outro

6. Quantas pessoas moram atualmente na sua casa?

   _____

7. Você é o principal responsável pela renda da família?

   Marcar apenas uma oval.

   - ☐ Sim
   - ☐ Não

8. Há quanto tempo o(a) senhor(a) trabalha com a pesca artesanal ou pesca esportiva?

   _____

   _____

9. O(a) senhor(a) possui o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP - carteirinha de pescador)?

   Marcar apenas uma oval.

   - ☐ Sim
   - ☐ Não

Condições de Trabalho e Renda

10. Qual é a sua média de ganho por mês durante o período de pesca ativa?

    _____

11. Em qual mês a pesca proporciona a maior geração de renda para voçê

    Marcar apenas uma oval.

    - ☐ Março
    - ☐ Abril
    - ☐ Maio
    - ☐ Junho
    - ☐ Julho
    - ☐ Agosto
    - ☐ Setembro
    - ☐ Outubro

12. Durante o período de pesca liberada, sua principal fonte de renda vem de qual

modalidade?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Venda direta do pescado
- ☐ Pesca Esportiva
- ☐ Outro:_____

13. Quais espécies de peixes são mais procuradas pelos turistas na região?

_____

Acesso ao Seguro-Defeso

14. Durante o período do seguro-defeso, sua renda mensal diminui?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outro:

15. Se sim, qual é a média que diminui nesse período?

_____

16. O(a) senhor(a) recebe o seguro-defeso?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabia que existia.

17. No período de defeso, você realiza outras atividades para complementar sua renda?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

Atividades Alternativas

18. Quais atividades você realiza para complementar a renda durante a piracema?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Criação de gado. **Pular para a pergunta 20**

- ☐ Extrativismo (frutas, plantas etc.). **Pular para a pergunta 19**
- ☐ Agricultura ou cultivo de hortas. **Pular para a pergunta 20**
- ☐ Trabalho de carpintaria, construção ou manutenção. **Pular para a pergunta 20**
- ☐ Comércio de produtos (venda de alimentos, roupas, artesanato). **Pular para a pergunta 20**
- ☐ Trabalha em outras profissões (especifique) **Pular para a pergunta 20**

Outro:_____

19. Quais desses frutos nativos o senhor(a) costuma coletar no cerrado

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Pequi
- ☐ Mangaba
- ☐ Cagaita
- ☐ Murici
- ☐ Jenipapo
- ☐ Macaúba
- ☐ Jatobá

Outro:_____

Atividades para manter a renda

20. Essas atividades são suficientes para manter sua renda?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outro:

21. Qual a sua média de ganho mensal com essas atividades extras durante o período de defeso?

_____

_____

22. Como essas atividades extras influenciam sua renda no período de defeso?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ajudam a cobrir todas as minhas despesas
- ☐ Ajudam, mas ainda tenho dificuldade
- ☐ Não ajudam, tenho dificuldades
- ☐ Não realizo atividades extras

Políticas Públicas e Percepções

23. Você conhece algum programa do governo voltado para a pesca artesanal ou pesca esportiva?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Se sim, qual (is)?

24. Como você avalia o impacto do seguro-defeso na sua qualidade de vida?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito positivo
- ☐ Positivo
- ☐ Neutro
- ☐ Negativo
- ☐ Muito negativo

25. Quais sugestões você tem para melhorar a renda dos pescadores durante o período de defeso?

_____

_____

Sustentabilidade

26. A pesca esportiva contribui para a conservação do Rio Araguaia?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

☐ Outro:

27. Justifique

_____

_____

28. Quais práticas de manejo são utilizadas para a conservação dos peixes na região?

_____

_____

29. Nível de importância da pesca esportiva na sua vida (1 sendo extremamente baixa e 5 sendo extremamente alta).

☐ 1
☐ 2
☐ 3
☐ 4
☐ 5

30. A pesca esportiva gera renda ou emprego em Luciara?
31. Se sim, qual o principal tipo de renda/trabalho?
32. Existem problemas ou desafios relacionados ao turismo de pesca?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim
☐ Não
☐ Outro

33. Quais?

_____

34. Avalie o nível de sustentabilidade atual da pesca esportiva em Lucira.

(Obs: 5= Muito sustentável / contribui e 1= Muito insustentável

Marcar apenas uma oval.

☐ 1

- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5

35. Aspectos mais positivos da pesca esportiva em Luciara?

_____

36. Principais preocupações ou impacto negativo:

_____

37. O que poderia ser melhorado na gestão da atividade?

_____

38. O que o Rio Araguaia representa para você

_____